



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA - PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA - MPB

EDNEIA MARIA DE CARVALHO

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
FÍSICA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA: PERSPECTIVAS DE
ATUAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR DO COLÉGIO MILITAR DE
JUIZ DE FORA**

RIO DE JANEIRO
2017

EDNEIA MARIA DE CARVALHO

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
FÍSICA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA: PERSPECTIVAS DE
ATUAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR DO COLÉGIO MILITAR DE
JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Cládice Nóbile Diniz

RIO DE JANEIRO
2017

C331a CARVALHO, Edneia Maria de

Acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida: perspectivas de atuação da Biblioteca Escolar do Colégio Militar de Juiz de Fora.

75 f.: il. color; 30 cm

Orientadora: Cládice Nóbile Diniz.

Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) –
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,
2016.

Bibliografia: f. 59-64

1. Acessibilidade. 2. Biblioteca Escolar. 3. Educação Especial. I. Diniz, Cládice Nóbile. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado Profissional em Biblioteconomia. III. Título.

CDD 027.8

TERMO DE APROVAÇÃO

EDNEIA MARIA DE CARVALHO

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA: PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR DO COLÉGIO MILITAR DE JUIZ DE FORA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia referente ao Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia, aprovada em ____/____/____.

Profa. Dra. Cládice Nóbile Diniz (orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Profa. Dra. Ediclea Mascarenhas Fernandes (titular externo)
Universidade Federal Fluminense - UFF

Profa. Dra. Geni Chaves Fernandes (titular interno)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

RIO DE JANEIRO
2017

Dedico este trabalho a todas as pessoas com
deficiência que lutam por seus direitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me proporcionou fazer o mestrado, mesmo diante de tantos obstáculos.

Aos meus pais, pela compreensão nas diversas ausências.

Ao meu marido, Leonardo, por sempre me apoiar e me acalmar nos momentos fatigantes.

À minha amiga Adriana que me incentivou a fazer o mestrado em Biblioteconomia.

À minha amiga Emânia, pelas conversas incentivadoras quando, muitas vezes, pensei em desistir.

Ao CMG Eduardo Zapico Mouro que acreditou no meu trabalho, intercedendo junto ao Comandante do CMJF, para que eu pudesse ser liberada das minhas atividades para frequentar as aulas no Rio de Janeiro.

Aos membros da banca, Prof^ª. Dr^ª. Ediclea Mascarenhas Fernandes e Prof^ª. Dr^ª. Geni Chaves Fernandes, que aceitaram prontamente o convite e muito contribuíram com suas experiências para a conclusão deste trabalho.

À minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Cládice Nóbile Diniz, pelo incentivo e compreensão, mesmo estando distante fisicamente, orientou-me passando segurança e toda a sua experiência.

E a todos que acreditaram e muito me incentivaram nesta caminhada.

[...] a acessibilidade não deve ser caracterizada por um conjunto de normas e leis, e sim por um processo de observação e construção, feitos por todos os membros da sociedade.

(MAZZONI, 2001, p. 31).

RESUMO

Esta pesquisa tem como proposta investigar a acessibilidade e a inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida no espaço da biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora, além de verificar perspectivas de atuação do bibliotecário naquele ambiente. Para tanto, percorreu-se o seguinte caminho metodológico: inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio de leituras, análises e interpretações de livros, periódicos, ordenamento jurídico e documentos que abordam a educação especial, a educação inclusiva e a acessibilidade. Posteriormente, ainda por meio da pesquisa bibliográfica, realizaram-se leituras exploratórias sobre concepções de biblioteca e sobre atribuições do(a) bibliotecário(a). Em seguida, após essa etapa, realizou-se um estudo de caso na biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora, para verificar questões relativas à acessibilidade e à inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida naquele ambiente. Pautou-se, para analisar o espaço estudado, em indicadores de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas, obtidos da literatura especializada. Como resultado preliminar da pesquisa empírica, houve verificação da viabilidade de se fazer adaptações no ambiente da biblioteca e em seu mobiliário, reforma essa que foi autorizada e realizada no espaço da biblioteca, durante a qual foi possível acompanhá-la, verificando as pertinências das soluções proposta com a equipe da obra. Os resultados indicam que, em relação à estrutura arquitetônica da instituição estudada, as adaptações feitas atendem parcialmente aos alunos com deficiência, devendo vir a ocorrer novas mudanças, de forma que possa vir a oferecer uma educação inclusiva de qualidade. Dessa análise, concluiu-se que as barreiras arquitetônicas existentes no caso podem vir a serem superadas, para o que é preciso planejamento e recursos.

Palavras-chave: Acessibilidade. Biblioteca escolar. Educação Inclusiva

ABSTRACT

This research aims to investigate the accessibility and inclusion of students with physical disabilities and / or reduced mobility in the library space of the Military College of Juiz de Fora, as well as to verify the perspectives of the librarian in that environment. Therefore, the following methodological path was followed: initially a bibliographical research was carried out through readings, analyzes and interpretations of books, periodicals, legal order and documents that deal with special education, inclusive education and accessibility. Later, through the bibliographical research, exploratory readings on library conceptions and librarian assignments were carried out. After this step, a case study was carried out in the library of the Military College of Juiz de Fora, to verify questions related to the accessibility and inclusion of students with physical disabilities and / or reduced mobility in that environment. In order to analyze the space studied, we used indexes to evaluate accessibility conditions in libraries, obtained from the specialized literature. As a preliminary result of the empirical research, there was verification of the feasibility of making adaptations in the library environment and in its furniture, which was authorized and carried out in the library space during which it was possible to accompany it, verifying the pertinence of the solutions With the project team. The results indicate that, in relation to the architectural structure of the studied institution, the adaptations made partially attend the students with disabilities, and new changes must occur, so that it can offer a quality inclusive education. From this analysis, it can be concluded that the existing architectural barriers in the case can be overcome, for which planning and resources are necessary.

Keywords: Accessibility. School library. Inclusive education

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ART	Artilharia
BDA	Brigada
CEL	Coronel
CM	Colégio Militar
CMJF	Colégio Militar de Juiz de Fora
CMG	Comandante de Mar e Guerra
CEO	Comissões Especiais de obras
CRO	Comissões Regionais de obras
DECEX	Departamento de Educação e Cultura do Exército
EX	Exército
EXMO	Excelentíssimo
GEN	General
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
IRCAM	Instruções Reguladoras do concurso de admissão e matrícula
NBR	Norma brasileira
ONU	Organização das Nações Unidas
PEEX	Plano Estratégico do Exército
QEMA	Quadro de estado-maior da ativa
RM	Regiões Militares
SCMB	Sistema Colégio Militar do Brasil
SRO	Serviços Regionais de obras
UNESCO	United Nations Education Scientific and Cultural organization

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1	Interior da biblioteca	44
FOTOGRAFIA 2	Entrada do colégio	48
FOTOGRAFIA 3	Entrada da biblioteca	49
FOTOGRAFIA 4	Espaços internos antes e depois	50
FOTOGRAFIA 5	Piso da biblioteca	50
FOTOGRAFIA 6	Corredor da biblioteca	51
FOTOGRAFIA 7	Balcão de atendimento (antes)	52
FOTOGRAFIA 8	Balcão de atendimento (depois)	52
FOTOGRAFIA 9	Mesas de estudo	53
FOTOGRAFIA 10	Estantes da Biblioteca	54

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PANORAMA HISTÓRICO SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	15
2.1	INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL	18
2.2	ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL	20
2.3	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO <i>VERSUS</i> DISCRIMINAÇÃO.....	27
3	CAMINHO METODOLÓGICO	29
4	BIBLIOTECA E INCLUSÃO.....	31
4.1	O PAPEL DA BIBLIOTECA NO PROCESSO DE INCLUSÃO.....	32
4.2	A BIBLIOTECA E O ALUNO COM DEFICIÊNCIA.....	35
4.3	O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE INCLUSÃO.....	37
5	A BIBLIOTECA DO COLÉGIO MILITAR DE JUIZ DE FORA	43
6	RESULTADOS: ANÁLISE DA BIBLIOTECA SOB O ENFOQUE DOS INDICADORES DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PROPOSTOS POR GENTIL JUNIOR	47
6.1	ENTORNO DA BIBLIOTECA	47
6.2	ENTRADA DA BIBLIOTECA	48
6.3	ESPAÇOS INTERNOS DA BIBLIOTECA	49
6.4	PISOS DA BIBLIOTECA	50
6.5	CORREDORES DA BIBLIOTECA.....	51
6.6	BALCÃO DE ATENDIMENTO DA BIBLIOTECA.....	51
6.7	MESAS PARA TRABALHO, LEITURA E/OU ESTUDO DOS USUÁRIOS DA BIBLIOTECA.....	53
6.8	ESTANTES DA BIBLIOTECA.....	53
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS	58
	ANEXO A – LISTA DE INDICADORES DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM BIBLIOTECAS ELABORADA POR GENTIL JUNIOR (2016).....	65

1 INTRODUÇÃO

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010, realizou pesquisa para verificar quais deficiências acometem os brasileiros e publicou o resultado obtido por esse Censo Demográfico, o qual revelou que 23,9% dos brasileiros entrevistados declararam possuir alguma deficiência. Verificou-se ainda que a deficiência motora atinge 7% da população brasileira, ou seja, mais 13 milhões de pessoas, sendo a segunda deficiência mais relatada pela população. A primeira foi a deficiência visual, que atinge 35,7 milhões de pessoas. A pesquisa constatou que a deficiência motora severa foi declarada por mais de 4,4 milhões de pessoas. Destas, mais de 734,4 mil disseram não conseguir caminhar ou subir escadas de modo algum e mais de 3,6 milhões informaram ter grande dificuldade de locomoção (FUNDAÇÃO [...], 2010).

Diante desses resultados revelados pelo IBGE, observa-se que aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, seja física seja mental, isto é, quase 25% dos brasileiros possuem doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória, sejam permanentes. Estratificando a população brasileira em grupos etários, constata-se que 7,5% das crianças de 0 a 14 anos de idade apresentaram pelo menos um tipo de deficiência (FUNDAÇÃO [...], 2010).

Nesse contexto e também frente à promoção dos direitos das pessoas com deficiência, sobretudo quanto à acessibilidade, considera-se pertinente discutir adaptações arquitetônicas no contexto social e escolar, porque adequações do espaço físico para pessoas com deficiência motora são consideradas meios para se alcançar e se promover a inclusão social e a cidadania. Essa previsão está contida, inclusive, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), instituída pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Diante do exposto, e também para contribuir tanto com previsto no Projeto Educação Inclusiva do Sistema Colégio Militar do Brasil como com o previsto no Projeto Pedagógico do CMJF, respectivamente de 2014 e 2015, inicia-se uma pesquisa, no último trimestre de 2014, para verificar a viabilidade de realização de obras de acessibilidade e de adequação de instalações na biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora. Esse trabalho, iniciado no final de 2014, como projeto de pesquisa, resultou nesta dissertação de Mestrado, concluída em março de 2017.

Nesse sentido, foi necessário estudar, de modo geral, os fundamentos teóricos que respaldam a Educação Especial e a Educação Inclusiva, bem como os fundamentos jurídicos que asseguram a acessibilidade às pessoas com deficiência em ambientes públicos e privados, sobretudo, no meio educacional e, de modo particular, discutir a acessibilidade, no contexto escolar, de pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida, enfatizando o espaço da biblioteca. Ressalta-se que o objeto de estudo desta pesquisa é a biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora. Para delimitar a investigação, elaboram-se questionamentos em torno dos seguintes problemas: quais previsões legais garantem a acessibilidade às pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida no contexto educacional, equiparando-as, a partir do princípio constitucional da igualdade, em direitos com as demais pessoas? E como a biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora se porta frente às demandas de acessibilidade e inclusão, previstas em lei e em normas específicas brasileiras, sobretudo na NBR 9050: 2015.

A hipótese levantada é a de que, apesar de a Constituição Federal e de o Estatuto da Pessoa com Deficiência assegurarem o direito à acessibilidade para pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida, procurando assegurar e efetivar a integração social dessas pessoas, considerando o princípio da igualdade, há barreiras para a efetiva inclusão, sendo que elas podem ser superadas com adaptações no espaço interno e no mobiliário do local.

Para desenvolver o estudo, percorreu-se o seguinte caminho metodológico, com finalidade de que os resultados viessem a ser aplicados: inicialmente realizou-se, no primeiro semestre de 2015, uma pesquisa bibliográfica por meio de leituras, análises e interpretações de livros, periódicos, ordenamento jurídico e documentos que abordam educação especial e inclusiva, além de acessibilidade. Posteriormente, no segundo semestre de 2015, ainda por meio da pesquisa bibliográfica, realizaram-se leituras exploratórias sobre concepções de biblioteca e sobre atribuições do(a) bibliotecário(a). Em seguida, após a etapa exploratória, no primeiro semestre de 2016, realizou-se um estudo de caso na biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora, para verificar questões relativas à acessibilidade e à inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida naquele ambiente. O tratamento dos dados, realizado qualitativamente, evidenciou a necessidade de desenvolver adaptações arquitetônicas no local. A pesquisadora apresentou os resultados ao Comandante da Instituição, o qual autorizou as reformas. As reformas foram realizadas no segundo semestre de 2016.

Por fim, ressalta-se que o estudo contou também com observação participante, pois a pesquisadora trabalha na instituição pesquisada.

O presente trabalho estrutura-se iniciando com a Introdução. Segue-se à Introdução, no Capítulo II, a revisão da literatura que aborda o panorama histórico sobre acessibilidade e inclusão no contexto escolar. No Capítulo III, narram-se os passos do estudo em pauta. No Capítulo IV, abordam-se questões referentes à biblioteca de modo geral e sobre processo de inclusão nesse espaço. No Capítulo V, apresentam-se a história e o espaço da biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora. Já no Capítulo V, apresentam-se os resultados. Posteriormente, fecha-se o trabalho com as Considerações Finais, às quais seguem as referências.

2 PANORAMA HISTÓRICO SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Abordar questões históricas sobre situações de pessoas com deficiência não significa narrar um processo linear e homogêneo (GARCIA, 2011). Podem-se apresentar tendências gerais que pontuam desde execuções sumárias de pessoas com deficiência, na antiguidade, até o tratamento humanizado dessa população, desenvolvido, sobretudo, a partir do século XX (SILVA, 1987). Sobre a temática, no entanto, não se pode ter uma visão essencialista, porque, mesmo na antiguidade, havia, em determinados contextos, cuidado e atenção com relação às pessoas com deficiência. Como lembra Garcia (2011), enquanto em Esparta as pessoas com deficiência eram descartadas, em Atenas, ao contrário, a sociedade cuidava e acolhia essa população. Mas, ainda, dentro de cada um desses espaços havia exceções. Goffman (2012, p.11), afirma que:

[...] foram os gregos que criaram o termo estigma, referindo-o aos sinais corporais, os quais advertiam que a pessoa portadora era marcada, ritualmente poluída, devendo ser evitada, em especial, nos lugares públicos. Com o Cristianismo, dois níveis de metáforas foram acrescidos ao termo; a saber: sinais corporais de graça divina e sinais corporais de distúrbio físico. A partir da década de 60 do século XX, apesar de o termo ainda ser amplamente usado no sentido literal original, uma situação de desgraça passou a ser mais considerada do que a sua ênfase corporal.

Há também, no contexto mundial contemporâneo, posturas adequadas e inadequadas frente às pessoas com deficiência. Ao longo do século XX, aconteceram mudanças de abordagens e de perspectivas sobre as pessoas com deficiência. Antes da década de 1980, conforme pontua Figueira (2008), era comum denominar de inválida a pessoa com deficiência. Quando uma característica deprecia uma pessoa, pode-se classificá-la como estigma, conforme afirmativa seguinte:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...] (GOFFMAN, 2012, p. 12).

O ano de 1981, conforme pontua Figueira (2008), teria sido um ano emblemático para as pessoas com deficiência, porque a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou 1981 como Ano Internacional da Pessoa Deficiente [*sic*]. Isso proporcionou visibilidade social dessa população que começa a tomar consciência de si como cidadã (FIGUEIRA, 2008).

No Brasil, em 1988, a Carta Magna equipara a condição de igualdade entre os cidadãos. Por isso, é necessário assegurar às pessoas com deficiência um tratamento que as equipare às pessoas que não têm deficiência. Se para isso forem necessárias adaptações e adequações espaciais, linguísticas, tecnológicas, de comunicação, de transporte entre outras, isso terá que ser providenciado, porque o princípio da igualdade, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, assegura a todos os cidadãos brasileiros equidade de condições sociais. Diante da equidade, evitam-se atitudes que possam valorizar estigmas, porque, conforme segue:

O indivíduo que poderia ser facilmente recebido na relação social cotidiana possui um estigma que, além de retirar da pessoa o seu caráter de ser humano, afasta aqueles com os quais ele se relaciona, favorecendo a atitudes discriminatórias. O estigma induz uma série de discriminações e essas reduzem as chances de vivência do estigmatizado revogando suas perspectivas de vida (SILVEIRA, 2013, p.20).

Atualmente, perspectivas sobre as pessoas com deficiência vêm mudando e conquistas vêm sendo efetivadas tanto no contexto mundial como no nacional. Não se pode esquecer, no entanto, que quando as situações são iguais, deve ser dado um tratamento igual, mas, quando as situações são diferentes, é importante que haja um tratamento diferenciado, conforme o princípio da isonomia, creditado, na antiguidade, a Aristóteles que definiu a premissa jurídica até hoje aceita de que “tratar os desiguais de maneira igual constitui-se em injustiça” (ARISTÓTELES, s/d *apud* GARCIA, 2008).

Percebe-se que, na década de 1980, o termo deficiente era usual, sendo empregado pela ONU quando estabelece, em 1981, o Ano Internacional da Pessoa Deficiente [*sic*]. Ao longo das últimas décadas, os termos referentes às pessoas com deficiência foram sendo alterados, variando os vocábulos, entre os quais se destacam: pessoas deficientes, empregado entre 1981 e 1987, pessoas com necessidades especiais, utilizado na década de 1990. Depois, pessoas portadoras de necessidades especiais e pessoas portadoras de deficiência (ARANHA, 2001).

Enfatiza-se que foi a Portaria SEDH N° 2.344, de 03 de novembro de 2010, que substituiu o termo Pessoa Portadora de Deficiência pelo termo Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2010).

A palavra “deficiente”, por apontar incapacidade de uma pessoa, entrou em desuso, mas o termo “deficiência”, por ser relativo à falta de acessibilidade nas condições de igualdade, continua em uso. Aranha (2001) propõe ser a deficiência uma condição complexa multideterminada de limitação ou impedimento da participação do indivíduo na trama de

relações que compõem a sua existência real concreta. E a autora sugere que oferecer serviços, os quais cidadãos com deficiência necessitam, garante a eles o direito à convivência não segregada e o acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos. Para Aranha (2001), isso é inclusão social, ou seja, um processo de ajustes e providências necessárias que possibilite o acesso e a convivência no espaço comum entre pessoas com deficiência e pessoas que não apresentam deficiência.

O princípio da integração da pessoa com deficiência, na sociedade brasileira, se estabelece, principalmente, na Constituição de 1988, como se viu anteriormente, por meio da busca pela igualdade, à qual se soma responsabilidades públicas, como se pode verificar no Art. 23: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] II- cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência [*sic*]” (BRASIL, 1988).

Em 1989, sanciona-se a Lei Nº 7.853 que dispõe sobre o apoio e a integração social para as pessoas com deficiência, regulamentada, após dez anos, em 1999, pelo Decreto Nº 3.298, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência [*sic*]. Esses documentos somam-se a outros como, por exemplo, às Leis Nº 10.048, que prevê atendimento prioritário para pessoas com deficiência; a Lei Nº 10.098, que dispõe sobre acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, ambas de 2000; o Decreto Nº 5.296/2004, conhecido como Decreto de Acessibilidade; e à Lei Nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, sendo que todos esses aparatos jurídicos reafirmam os direitos humanos e as liberdades fundamentais dessa população.

Já a norma técnica NBR 9050:2004 conceituava a deficiência como “redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaços, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente” (ASSOCIAÇÃO [...], 2004, p. 03). Hoje a pessoa com deficiência é caracterizada, na Lei Nº 13.146/2015, como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015b). E, com relação à mobilidade reduzida, considera-se que seria dificuldade de movimentar, permanente ou temporária, que gere redução da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora e da percepção (BRASIL, 2015b).

Diante do exposto, torna-se evidente a importância de equiparar as condições sociais, educacionais, de trabalho, de saúde de uma pessoa com deficiência às condições de pessoas que não apresentam deficiência. Dessa forma, esta pesquisa, por saber que a temática deficiência é pauta no contexto nacional, e também por saber que esse assunto é relevante no contexto da educação, aborda, especificamente, a deficiência física motora e/ou a mobilidade reduzida no espaço da biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora. Esse recorte do objeto de estudo é necessário, mas deixa-se registrado que voltar o olhar para deficiências, de modo geral, é pertinente na área da educação brasileira.

2.1 INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A Educação Inclusiva assinala-se como uma política de justiça social que abrange os estudantes que, no ano de 2010, eram conhecidos como alunos com necessidades educacionais especiais, conforme se lê em Rosa *et al.* (2010). Vale-se, nesta pesquisa, do conceito mais amplo dessa prática educativa, que é o da Declaração de Salamanca (ONU, 1994, p. 17-18):

O princípio fundamental dessa Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas (superdotadas), crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizados.

Por destacar a qualidade de ensino para todos os discentes, a Educação Inclusiva demanda que a escola se modernize e se adéque às particularidades do público que acolherá. E também professores e funcionários precisam aperfeiçoar seus conhecimentos. É um paradigma que requer adaptações e inovações no cotidiano escolar brasileiro. Existem barreiras a serem superadas por todos: profissionais da educação, comunidade, pais e alunos. Todos precisam adquirir maior instrução sobre a diversidade humana, para entender os modos diferenciados de cada ser humano ser, sentir, agir e pensar (ROSA *et al.*, 2010).

Essa proposta de se inserir/incluir alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino já conta pelo menos vinte anos, pois é proposta contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, promulgada pela Lei No 9.394/96. Conforme pontua esse documento legal em seu cap. V, art. 58, a Educação Especial

caracteriza-se como sendo a “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais [sic]”. No contexto da inclusão escolar, a LDB 9.394/96 é um aparato que resguarda a possibilidade de se incluir alunos com deficiência na rede regular de ensino, mas também deixa aberta outra possibilidade que seria encaminhá-los para atendimento especializado. Com o passar do tempo, no entanto, outros instrumentos surgem para resguardar alunos que demandam atendimento especial (BRASIL, 1996).

O Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade é concebido, em 2003, pelo Ministério da Educação. A pretensão do Ministério da Educação é transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade (NOGUEIRA, OLIVEIRA E SÁ, 2009).

Objetivando disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. Por meio da divulgação desse documento, reafirmam o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular (NOGUEIRA, OLIVEIRA E SÁ, 2009).

Ainda em 2004, para evidenciar a inclusão educacional e social, o Decreto No. 5.296/04 regulamentou as Leis Nos. 10.048/00 e 10.098/00, que instauraram normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nessa seara, o Programa Brasil Acessível é viabilizado, com intuito de promover e apoiar o desenvolvimento de ações que garantam a acessibilidade (NOGUEIRA, OLIVEIRA E SÁ, 2009).

Em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pela ONU dez anos após a publicação da LDB de 1996, determina que os signatários, entre os quais consta o Brasil, devem garantir “um sistema de Educação Inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena” (NOGUEIRA, OLIVEIRA E SÁ, 2009, p. 16).

Nogueira, Oliveira e Sá (2009, p. 16) destacam que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência prevê adoção de medidas pelos signatários para garantir que:

As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; as pessoas

com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem.

Também em 2006, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos é publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Justiça e pela UNESCO, o qual pontua, dentre as suas ações, o fomento, no currículo da Educação Básica, das temáticas relativas às pessoas com deficiência e ao desenvolvimento de ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na Educação Superior (NOGUEIRA, OLIVEIRA E SÁ, 2009).

Em 2007, o Ministério da Educação instaura o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apoiado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência. Evidenciam-se, no PDE, os seguintes eixos: a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado. Nesse documento reafirma-se a visão sistêmica da Educação que busca transpor a dicotomia entre Educação Regular e Educação Especial (NOGUEIRA, OLIVEIRA E SÁ, 2009).

Corroborando a pauta de inclusão educacional nas escolas públicas, ainda em 2007, o Decreto No. 6.094/2007 instaura, dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, o abono de acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos (BRASIL, 2007). Nesse sentido, visando à inclusão dos discentes com deficiência, também caminha o Sistema Colégio Militar do Brasil que elabora, em 2014, o Projeto Educação Inclusiva dessa instituição (BRASIL, 2014) e, posteriormente, reafirma o compromisso de inclusão educacional no Projeto Pedagógico do Colégio Militar de Juiz de Fora (BRASIL, 2015), em 2015, respaldado inclusive na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a já citada Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

O Projeto de Educação Inclusiva do Sistema Colégio Militar do Brasil prevê o fortalecimento da dimensão humana, além do desenvolvimento de ações de apoio à família militar e revitalização do SCMB. Ações essas que se somam às práticas inclusivas específicas como ao subprojeto de acessibilidade (BRASIL, 2014).

Nesse contexto de educação inclusiva, cabe ressaltar que a acessibilidade é fundamental para o acolhimento de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, decorrentes, entre outras demandas, da deficiência. Nesta pesquisa, serão abordadas, exclusivamente, a deficiência física e/ou a mobilidade reduzida, por isso a

importância de se pontuar a acessibilidade voltada, principalmente, para ambientes escolares, neste caso, para a biblioteca escolar.

2.2 ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015) define em seu art. 3º, inciso I, acessibilidade configura-se como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015b).

Romper barreiras equivale estabelecer acessibilidade, porque barreiras são, consoante prevê a Lei Nº 13.146/2015, ainda em seu art. 3º, inciso IV:

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança [...] (BRASIL, 2015b).

Diante do exposto, considera-se que um ambiente organizado para receber as diferenças inclui e possibilita o acesso e a integração plena, não só considerando o ponto de vista funcional como também o viés psicológico, durante atividades diárias realizadas por todos, porque “[...] a acessibilidade se constitui como uma quebra de paradigmas, de uma perspectiva meramente adaptacionista da pessoa com deficiência para uma perspectiva de direito e funcionalidade” (FERNANDES; ORRICO, 2012, p.99). Esse compromisso com acessibilidade redefine, assim, o próprio conceito de deficiência (PUPO; MELO; FERRÉS, 2006).

Na mesma seara, Mazzoni (2001, p. 31) considera que “a acessibilidade não deve ser caracterizada por um conjunto de normas e leis, e sim por um processo de observação e construção, feitos por todos os membros da sociedade”. Para Sasaki (2005, p. 5) acessibilidade pode ser agrupada em seis dimensões distintas, conforme estabelece a seguir: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática, atitudinal.

O que se verifica na atualidade é que não faltam aparatos legais para respaldar a acessibilidade, conforme se pontuou anteriormente e ratifica-se agora, reiterando o dito, evidenciando mais uma vez a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000b) e a NBR 9050 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICA, 2004). No contexto brasileiro, ainda que haja o amparo das leis, o comum é adaptar o que já existe na sociedade, não criar ambientes novos para atender à diversidade. Se, por um lado, há economia de investimentos, por outro, a adaptação pode não atender plenamente às necessidades de pessoas com deficiência.

Verifica-se, então, que acessibilidade configura-se não só como um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social, mas também acessibilidades representam ações, pautadas em observações, executadas para que um ambiente se torne acessível. Um ambiente acessível é aquele que oferece condições para que todos o utilizem com segurança e autonomia.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, No. 13.146, de 06 de Junho de 2015, ainda salienta que não apenas a acessibilidade é considerada um direito, mas também afirma que:

[...] a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015b).

Com o seu direito adquirido, é certo que as pessoas com deficiências estejam sempre na busca de ambientes que atendam às suas necessidades. Desta forma, é imprescindível que as bibliotecas e bibliotecários almejem essa acessibilidade também e transformem o ambiente em acessível para acolher os seus usuários.

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas, segundo a norma técnica NBR 9050:2015, a acessibilidade seria “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação [...]” (ASSOCIAÇÃO [...], 2015, p.16). No contexto escolar, possibilitar acesso aos espaços é importante para o desenvolvimento do aluno.

No âmbito interno das escolas, existem as bibliotecas que são espaços primordiais no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes, contribuindo com o enriquecimento

cultural dos discentes. Esse ambiente da biblioteca escolar precisa atender, assim como a escola como um todo, às adequações de acessibilidade, evitando, pois, barreiras.

Sobre a definição de barreiras, pontuada anteriormente, acrescentam-se os tipos de entraves, também previstos na Lei nº. 13.146/15, já citada, que os define não somente como materiais tangíveis como também os classifica como imateriais. Fernandes e Orrico (2012, p. 100) afirmam que:

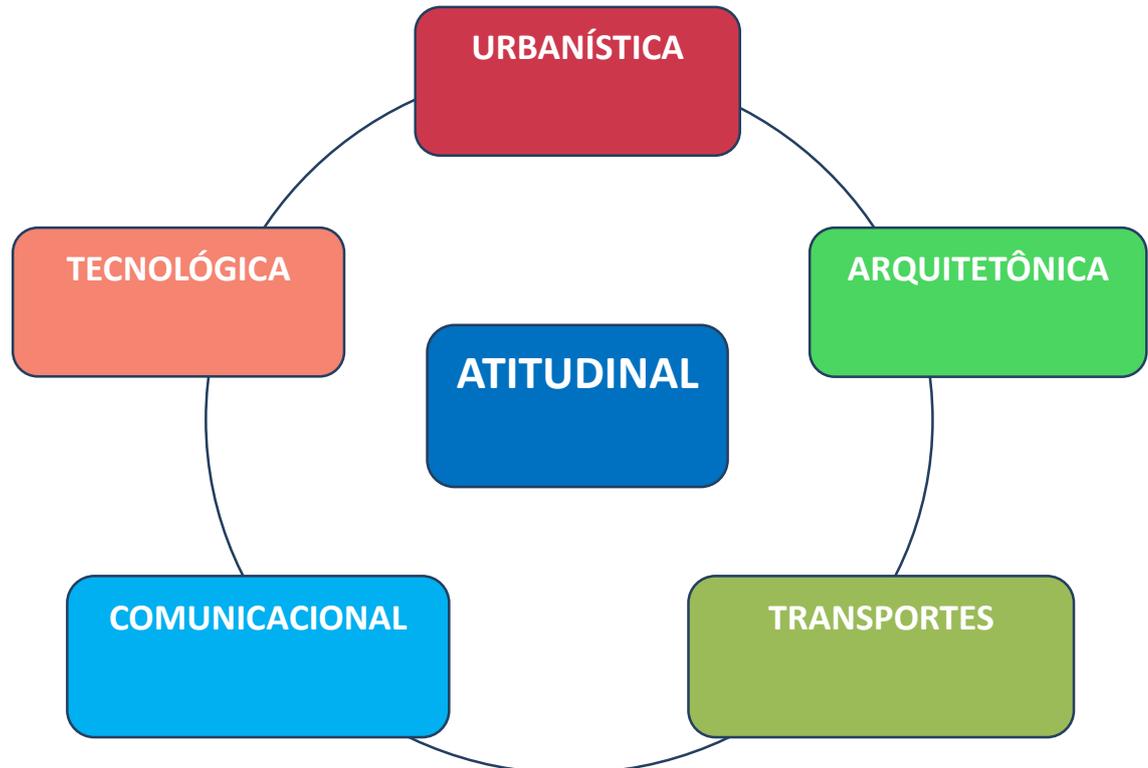
A barreira mais “aparente” está atrelada ao estigma físico, que muitos possuem, que gera violação do padrão de normalidade. Outra barreira, situada numa área mais profunda, relaciona-se ao estigma cognitivo, pois o atraso no desenvolvimento de determinadas competências, bem como o ritmo lento em aprender acaba por aferir, para a sociedade, uma certa incapacidade para desempenhar certas tarefas, incluindo inserção profissional.

Os autores ainda consideram que “[...] barreiras atitudinais, assim como as barreiras comunicacionais, são invisíveis no sentido de que, por serem geradas no espaço da relação humana não no espaço físico, tornam-se mais arraigadas de processos inconscientes de crenças, valores e preconceitos. (FERNANDES; ORRICO, 2012, p.104). Esses tipos de barreiras são listados na Lei nº. 13.146/15, conforme segue:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; [...] (BRASIL, 2015b).

Como já foi afirmado anteriormente, barreiras caracterizam-se como tudo aquilo que impede a pessoa de ter acesso, seja a algum lugar seja a formas de abordagens às pessoas. Se essas barreiras são difíceis de transpor para aqueles que não têm qualquer tipo de deficiência, imagine para as pessoas com deficiência, por isso a importância de se estudar a temática e difundir ações positivas. Para ilustrar o exposto, verifique o diagrama seguinte que demonstra os tipos de barreiras previstos na Lei nº. 13.146/15:

DIAGRAMA BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE



Fonte: Acervo da pesquisadora

Para solucionar ou minimizar barreira, existe a proposta do Desenho Universal que é a criação de produtos que possam ser usados por todos, independentemente de suas habilidades. O Desenho Universal é a “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico, incluindo os recursos de Tecnologia Assistiva” (ASSOCIAÇÃO [...] 2015, p.18). Diante disso, faz necessário pontuar Tecnologia Assistiva, visto que o termo ainda é relativamente novo, utilizado para identificar todo o conjunto de recursos e serviços que colaboram para assegurar ou expandir habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão (SARTORETTO; BERSCH, 2017). Conforme afirma Rita Bersch (2013, p .2)

Tecnologia Assistiva deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento.

Tecnologia Assistiva conceitua-se, ainda, como "uma ampla gama de equipamentos, serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas encontrados

pelos indivíduos com deficiências" (COOK; HUSSEY, 1995). O Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), instituído pela Portaria Nº 142, de 16 de novembro de 2006, propõe a seguinte definição para Tecnologia Assistiva:

[...] é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Percebe-se que a tecnologia vem para tornar a vida da pessoa com deficiência um pouco mais fácil. Essas ferramentas foram desenvolvidas para favorecer e simplificar as atividades do cotidiano. Uma maneira de assegurar o acesso às informações para as pessoas com deficiência seria por meio de utilização dessas Tecnologias Assistivas. Também o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu art. 3º, inciso III, define tecnologia assistiva ou ajudas técnicas da seguinte forma, como segue:

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão (BRASIL, 2015b).

Diante de inovações que surgem na contemporaneidade, trazidas pelo desenvolvimento tecnológico, as bibliotecas, nesse contexto, devem buscar adquirir materiais que possam ser trabalhados por todos os alunos, independente de terem deficiências ou não, além de buscar adaptarem-se com relação à arquitetura também, porque a adequação do espaço físico é tão importante quando do ambiente tecnológico. Para que as demandas venham à tona cada vez mais é necessário que pessoas com deficiência sejam inseridas na educação básica regular.

Nesse contexto educacional, é possível verificar que a inclusão e a acessibilidade devem caminhar juntas, sendo ambas responsabilidades de todos, sobretudo do poder público. O Art. 68 da Lei No. 13.146/2015 evidencia o papel do poder público em inserir as pessoas com deficiência na sociedade, pois este determina o seguinte:

[...] deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação (BRASIL, 2015b).

A biblioteca é um espaço muito importante no contexto escolar, por isso deve atender os critérios de acessibilidade e deve atentar para a inclusão em seu ambiente. Para que a informação chegue a todos de forma democrática, é indispensável que as escolas e bibliotecas se preocupem como a aquisição do aprendizado e com a leitura dos discentes. O formato do material pode auxiliar ou mesmo atrapalhar o aluno com deficiência. Sobre isso, a Lei 13.146/2015, em seu art. 68, § 1º assevera:

Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis (BRASIL, 2015b).

Para que seja assegurado o apoio necessário a aqueles que possuem algum tipo de deficiência e/ou impedimento é fundamental uma avaliação, que se pautar nos critérios estabelecidos no Estatuto da Pessoa com Deficiência como evidenciado a seguir, no art. 2ª dessa Lei:

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
 I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
 II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
 III - a limitação no desempenho de atividades; e
 IV - a restrição de participação.
 § 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência (BRASIL, 2015b).

A educação é direito garantido por lei, como exposto no Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei No 9394/1996, que pontua que:

[...] a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

O Estado tem o dever de garantir educação a todas as crianças em idade escolar e também àquelas que não tiveram acesso na idade própria. Às crianças com deficiência também é garantido: “o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais [*sic*], preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1996).

2.3 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO *VERSUS* DISCRIMINAÇÃO

O direito de igualdade é assegurado a todos, inclusive e sobretudo às pessoas com deficiência, como evidencia-se no Art. 4º, da Lei Nº 13.146/2015, que assevera: “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015b).

A discriminação é inaceitável, seja pela classe social, seja pela cor da pele, seja por limitações. Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu Art. 4º, § 1º, considera discriminação em razão da deficiência:

[...] toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício dos direitos e liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e do fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015b).

Também está prevista a educação como um direito da pessoa com deficiência, na Lei Nº 13.146, que intenciona que a população com deficiência possa se tornar independente, conforme assevera o disposto:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e o aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015b).

Qualquer estabelecimento de ensino que se recusar a receber uma criança em idade escolar por causa de sua deficiência ou qualquer tipo de discriminação é sujeito a punição. A essa criança é assegurada educação de qualidade e proteção contra qualquer tipo de preconceito, conforme previsto, no Art. 8º, inciso I, da Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, conhecida como Lei da Acessibilidade:

Constitui crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa: I - recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta (BRASIL, 1989).

A acessibilidade é uma temática ampla, para atendê-la, nas diversas áreas sociais, é preciso planejamento. Estabelecimentos de ensino têm que se adequar para que sejam cumpridas as exigências propostas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT:

Art. 24. Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência [sic] ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004, p. 6).

Toda criança, mesmo que com características diferentes umas das outras, necessita conviver com crianças da mesma faixa etária para se desenvolver, sendo que a escola é um dos melhores locais para esse convívio. A todas as crianças em idade escolar não se podem negar “padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 1996).

Este ensino deve visar o pleno desenvolvimento da criança, promovendo e atendendo adequadamente a todos os alunos. “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, p.16).

A inclusão escolar implica em uma reorganização das práticas escolares, para assistir a diversidade total das necessidades dos alunos nas escolas comuns. Consegue-se êxito com a inclusão quando se obtém um ambiente de aprendizagem escolar que acredite na capacidade de seus alunos, que seja estável e acolhedor e que compreenda a diferença como um fator positivo. Diante disso, Fernandes e Orrico (2012, p. 145) afirmam que:

A oferta de acessibilidade e os recursos existentes devem ser disponibilizados e as lacunas existentes ser preenchidas por meio de desenvolvimento de tecnologias e metodologias eficazes para atender as necessidades singulares que muitas vezes são identificadas na relação interpessoal entre as pessoas com deficiências e os familiares, profissionais de saúde, educação e demais pessoas do convívio.

A educação inclusiva abarca mais que estratégias de ensino inovadoras, ela inclui também ações que levem a reformas escolares, ajustes nos programas de ensino e medidas de justiça social atuais. Portanto, a escola inclusiva concebe-se como um ambiente que se ajuste a todas as crianças, não almeja que uma determinada criança com deficiências se adéque à escola.

3 CAMINHO METODOLÓGICO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória aplicada, cujo objeto da pesquisa é a biblioteca escolar do CMJF quanto às suas perspectivas de tornar-se acessível e inclusiva ao aluno com deficiência e/ou mobilidade reduzida. O universo e a amostra coincidem com a biblioteca escolar do CMJF.

As questões da pesquisa foram: quais previsões legais garantem a acessibilidade às pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida no contexto educacional, equiparando-as, a partir do princípio constitucional da igualdade, em direitos com as demais pessoas? E como a biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora se porta frente às demandas de acessibilidade e inclusão, previstas em lei e em normas específicas brasileiras, sobretudo na NBR 9050:2015?

A hipótese levantada foi a de que, apesar de a Constituição Federal e o Estatuto da Pessoa com Deficiência assegurarem o direito à acessibilidade para pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida, procurando assegurar e efetivar a integração social dessas pessoas, considerando o princípio da igualdade, há barreiras para a efetiva inclusão, sendo que elas podem ser superadas com adaptações.

Quanto aos meios, houve um levantamento bibliográfico e documental e realizou-se um estudo de caso, pois a pesquisa privilegiou o contato direto do pesquisador com o ambiente e a situação que foi investigada. Os resultados forneceram dados qualitativos (LAKATOS, 2003).

Essa pesquisa teve como ponto de partida, para a compreensão do objeto de estudo investigado, leituras exploratórias sobre temáticas relativas à acessibilidade, à inclusão e à educação, porque sua proposta configura-se na pauta Acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida: perspectivas de atuação da biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora. Inicialmente, durante o primeiro semestre de 2015, realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio de leituras, análises e interpretações de livros, periódicos, ordenamento jurídico e documentos que abordam educação especial e inclusiva, além de acessibilidade. Depois, no segundo semestre de 2015, ainda por meio da pesquisa bibliográfica, realizaram-se leituras exploratórias sobre concepções de biblioteca e sobre atribuições do(a) bibliotecário(a), enfatiza-se que a pesquisa se valeu de leituras do Projeto Educação Inclusa do SCMB, e também do Projeto Pedagógico do Colégio Militar de Juiz de Fora.

Posteriormente, no primeiro semestre de 2016, realizou-se um estudo de caso na biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora. Para a análise da Biblioteca do CMJF, quanto a sua acessibilidade para atender às pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida, utilizou-se como instrumento os indicadores propostos por Gentil Junior (2016), a partir das determinações da norma técnica NBR 9050:2015 e outras vigentes. Para o uso do mencionado instrumento, foi preciso algumas adaptações dos indicadores, por ter sido elaborado para uma biblioteca universitária e com indicadores de acessibilidade para pessoas com deficiência visual.

Ressalta-se que o estudo contou também com observação participante, pois a pesquisadora trabalha na instituição pesquisada, referindo-se, portanto, segundo Serva e Jaime Júnior (1995), a uma situação de pesquisa em que observadora e observados encontram-se numa relação face a face, sendo que o processo da coleta de dados se dá no próprio ambiente natural de vida dos observados, que passam a ser vistos não mais como objetos de pesquisa, mas como sujeitos que interagem em um dado projeto de estudos.

Diante dos resultados, elaboraram-se propostas de adaptações para um projeto arquitetônico que foi contratado para adequar as instalações físicas do referido espaço à NBR 9050: 2015, em decorrência da apresentação da pesquisadora sobre a necessidade de haver adequações no espaço. O projeto de reforma arquitetônica da biblioteca foi executado no segundo semestre de 2016. Esse trabalho apresentou resultados confirmando a hipótese. Após o tratamento de dados que permitiu a análise para os Resultados, se deu prosseguimento ao estudo e se elaborou uma proposta para a instituição prosseguir com as adaptações em momento oportuno.

4 BIBLIOTECA ESCOLAR E INCLUSÃO

A biblioteca escolar é um espaço educativo e informacional, por isso fundamental ao ensino/aprendizagem dos estudantes de todos os níveis de escolaridade. A biblioteca é um ambiente onde acontecem leituras, análises, debates e encontros entre livros e pessoas. Além de ser um ponto central para as pesquisas, é também um centro cultural, e um espaço de desenvolvimento crítico dos alunos em fase de crescimento e amadurecimento cognitivo:

[...] a biblioteca escolar é um centro de constante incentivo à leitura e de apoio pedagógico, onde seu acesso ocorre através de fontes de qualidade registradas em diversos meios. De posse dessa informação, o indivíduo poderá construir e reproduzir conhecimentos, ampliando o mundo ao seu redor (HAUM, 2013, p. 8).

Em muitas escolas, no entanto, não há uma biblioteca, por isso para alguns ainda é difícil de entender a importância da biblioteca escolar, porém é perceptível que já há décadas que:

[...] as bibliotecas não são mais compreendidas como meros depósitos de livros, mas como uma fonte dinâmica de cultura que deve atender às várias e amplas necessidades de seus frequentadores. [...] a biblioteca se integra com a escola, colaborando efetivamente com o professor em seus processos ativos de aprendizagem formando atitudes positivas, desenvolvendo as habilidades de estudo, pesquisa e consulta (CARVALHO, 1972, p. 197).

A biblioteca é parte importante da escola, pois é nela que muitos alunos têm acesso à informação. Ela é um espaço no qual o acesso a leitura é favorável, por isso, por meio da leitura, a biblioteca pode contribuir no processo de transformação das pessoas, tornando-as mais críticas, inteligentes, e conhecedoras do mundo exterior. Na biblioteca escolar, inicia-se o hábito da leitura, e se esse hábito não ocorre na primeira fase escolar, é difícil adquiri-lo na fase adulta (FREIRE, 2002). Segundo Edimir Perrotti, em uma entrevista à revista Nova escola, a biblioteca tem uma atuação que assim explica:

[...] não pode restringir-se a um papel meramente didático-pedagógico, ou seja, o de dar apoio para o programa dos professores. Há um eixo educativo que a biblioteca tem de seguir, mas sua configuração deve extrapolar esse limite, porque o eixo cultural é igualmente essencial. Isso significa trazer autores para conversar, discutir livros, formar círculos de leitores, reunir grupos de crianças interessadas num personagem, num autor ou num tema. A biblioteca funciona como uma ponte entre o ambiente escolar e o mundo externo (PERROTTI, 2006¹).

¹ Disponível em: <<http://acervo.novaescola.org.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/biblioteca-nao-deposito-livros-423601.shtml>> Acesso em: 10 dez. 2016.

A biblioteca coopera com o currículo escolar, atendendo as necessidades dos alunos e também demais membros da escola. Ela proporciona o contato com os livros e estimula o hábito da leitura: “[...] a biblioteca escolar constitui, uma instituição responsável pela organização de fontes bibliográficas e não-bibliográficas, devendo disponibilizá-las para leitura e uso dos alunos, professores, funcionários [...]” (PERROTTI, 2006). Mas o encargo da biblioteca escolar vai muito além de incentivar o hábito da leitura e cooperar com o currículo escolar. De acordo com Quinhões (1999, p. 2), o objetivo da biblioteca escolar é ser:

[...] responsável pela difusão de informações atuais e indispensáveis ao processo ensino-aprendizagem, colabora para uma democrática educação integral, alcançada através de atividades que levem o educando à formação do senso de responsabilidade, cidadania e capacidade de auto realização.

Com essa responsabilidade, espera-se instruir uma geração para que se tornem adultos conscientes e analíticos nas suas ações e reações futuras. “A principal finalidade da biblioteca escolar é, portanto, o atendimento ao aluno-leitor, visando torná-lo capaz de reconhecer o valor da informação e apto a utilizá-la” (QUINHÕES, 1999, p. 2). Acredita-se que alunos frequentadores de biblioteca se tornam indivíduos questionadores e propagadores das informações recebidas, devido ao acesso à informação (KUHLETHAU, 2006).

4.1 O PAPEL DA BIBLIOTECA NO PROCESSO DE INCLUSÃO

A educação vai além dos conteúdos dos livros, com ela aprende-se a se preparar para a vida. Ela propicia o desenvolvimento humano. Portanto: “[...] a escola tem como objetivo principal oferecer aos seus alunos habilidades e competências necessárias para seu desenvolvimento pessoal, social e profissional” (GAMA, 2010, p.13).

Tão importante quanto à educação, é uma educação inclusiva, saber conviver com as diferenças e respeitar o tempo do outro. Esses valores são iniciados no convívio familiar e continuado a partir do momento que a criança inicia na escola. Sobre essa temática encontra-se a seguinte afirmação:

Com a escola inclusiva pretende-se que todos os alunos aprendam juntos, respeitando as diferenças. A aprendizagem em conjunto apresenta-se vantajosa para todos. Para os alunos com necessidades educacionais especiais, pois fomenta a sua participação em todos os aspectos da vida escolar e permite a interação com os seus pares, proporcionando-lhe melhores competências acadêmicas e sociais (PIRES, 2013, p. 74).

A biblioteca é um espaço que proporciona a convivência entre os discentes. Impossibilitar o gozo ou o exercício, em igualdade de oportunidades do aluno com deficiência com os demais discentes, por motivo de deficiência é discriminação. É desrespeito com direitos humanos e liberdades fundamentais:

Perante a crescente inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas do ensino regular, as bibliotecas escolares veem-se, hoje, confrontadas com a necessidade de responder a uma população escolar com competências diversas e que requer, em muitas situações, meio tecnológico e recursos documentais diferenciados, de acesso à informação (PIRES, 2013, p. 81).

É preciso uma conscientização de toda comunidade escolar, sobre as condições das pessoas com deficiência e estimular o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência. A deficiência deve ser entendida como um processo de impedimento de determinadas ações, que todos podem experimentar um dia, como salientado por Medeiros e Diniz (2004, p. 13):

No modelo social, reconhecer que grande parte da população experimenta a deficiência implica dizer que a incapacidade de a sociedade se ajustar à diversidade resulta na exclusão de muitas pessoas da vida social cotidiana. Associar o envelhecimento à deficiência é algo que encontra alguma resistência em decorrência do estigma associado ao termo "deficiente" [*sic*]; porém, pela interpretação do modelo social, faz sentido argumentar que muitos idosos são excluídos de uma parte importante da vida social, em proporção muito maior que aquela que poderia ser atribuída às suas eventuais limitações e, portanto, experimentam não só a deficiência, como a discriminação baseada em preconceitos relativos às suas capacidades corporais.

Assegurar os direitos humanos das pessoas com deficiência é promover o respeito pela dignidade humana. Diante do processo inclusivo nas escolas, a biblioteca é uma alternativa de inclusão social, pois é um ambiente democrático, onde a informação é uma ferramenta importante para a conscientização dos direitos e deveres de cada cidadão como membro da sociedade.

Conforme pautada no Manifesto UNESCO/IFLA (2005, p.1), a missão da biblioteca escolar é “[...] propiciar informação e ideias fundamentais para o sucesso de seu funcionamento na sociedade atual, [...] habilitando os alunos para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve sua imaginação, preparando-os para viver como cidadãos responsáveis”. Por isso, a biblioteca escolar deve oferecer um ambiente favorável no processo educativo, assegurando aos professores e aos alunos o conhecimento nas várias áreas do saber.

O bibliotecário escolar é de extrema relevância na biblioteca, pois, como descrito no Manifesto UNESCO/IFLA (2005), a sua principal função é:

[...] contribuir para [o cumprimento] da missão e dos objetivos da escola, em que se incluem os processos de avaliação, implementação e desenvolvimento [da missão e dos objetivos] da biblioteca. Em cooperação com a direção da escola, com os administradores em geral e com o professorado, o bibliotecário deve estar envolvido no planejamento e na implementação dos programas escolares. [...] O bibliotecário deve criar um ambiente de entretenimento e aprendizagem que seja atrativo, acolhedor e acessível para todos, livre de qualquer medo ou preconceito (UNESCO/IFLA, 2005, p.12).

Todas as pessoas têm direitos e deveres e um direito o qual a pessoa com deficiência quer é o direito da igualdade, pois a UNESCO/IFLA (2005, p.14) sustenta que “todos os usuários devem ser tratados de forma igualitária, independentemente de suas habilidades e história pessoal. Os serviços devem estar adaptados às necessidades de cada usuário”. Dessa forma, de modo a contribuir com a igualdade entre os alunos, a biblioteca deve ser um ambiente democrático, onde é possível conviver com diversos tipos de público e em diversos níveis educacionais. As bibliotecas escolares devem ser consideradas como meios vitais para cumprir objetivos ambiciosos, em relação a:

- ✓ competência em informação para todos, gradualmente desenvolvida e adotada no contexto do sistema escolar;
- ✓ disponibilidade de recursos informativos para estudantes em todos os níveis educacionais;
- ✓ oferecimento amplo da disseminação da informação e do conhecimento a todos os grupos estudantis para o exercício dos direitos democráticos e humanos (UNESCO/IFLA, 2005, p.15).

As bibliotecas devem promover ações de formação dos alunos, associado com os professores, como atividades adaptadas à diversidade do seu público alvo. Tange àquelas, oferecer as melhores e mais variadas oportunidade de informação, concedendo a todos a chance de um conhecimento democrático:

A biblioteca escolar deve desenvolver uma ampla variedade de atividades e ter função-chave no cumprimento da missão e da visão da escola. Ela deve ter como objetivos o atendimento a todos os usuários potenciais da comunidade escolar e a satisfação das necessidades específicas dos grupos-alvo (UNESCO/IFLA, 2005, p.16).

Essas atividades que a biblioteca pode desenvolver são uma oportunidade de interação entre os alunos de forma que possam ser observadas as competências e limitações de cada um.

No contexto da biblioteca escolar, podem ser elaboradas atividades para atender à demanda do público escolar. “A satisfação do usuário depende da habilidade da biblioteca escolar para identificar as necessidades de indivíduos e grupos [...], na medida em que vão se modificando” (UNESCO/IFLA, 2005, p.16).

A busca por agradar sempre o usuário é manter um espaço cativante, agradável e acolhedor. Atenção e um bom atendimento também são bons atrativos. Para tanto, como descrito no Manifesto UNESCO/IFLA (2005, p.19), “[...] a biblioteca pode ser utilizada informalmente como um ambiente esteticamente agradável, cultural e estimulador, contendo uma variedade de revistas, romances, publicações e recursos audiovisuais”.

A biblioteca deve ir além de suas atividades tradicionais como empréstimos, referências e orientações quanto ao seu uso, deve também desenvolver intervenções que aproximem os usuários da informação e do conhecimento:

Os serviços das bibliotecas escolares devem ser oferecidos igualmente a todos os membros da comunidade escolar, a despeito de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e status profissional. Serviços e materiais específicos devem ser disponibilizados a pessoas não aptas ao uso dos materiais comuns da biblioteca (UNESCO/IFLA, 2005, p.2).

A biblioteca escolar é parte integrante no processo educativo da escola, estimulando a aprendizagem através da leitura, pesquisa e o compartilhamento das ideias. “Não cabe mais a biblioteca, apenas a função de preservar a memória da humanidade. Como instrumento da educação, cabe-lhe a função de desenvolver ações que aproximem os usuários da informação e do conhecimento” (GAMA, 2010, p. 21).

4.2 A BIBLIOTECA E O ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Toda criança tem o direito de frequentar a escola, assim os pais devem buscar a melhor forma de incluir seu filho na escola para que ele esteja preparado para enfrentar os outros obstáculos que surgirem no seu caminho, tanto as crianças que não apresentam deficiência como aquelas com deficiência passaram por um período de adaptação ao contexto escolar. Para crianças com deficiências somam-se, aos desafios cotidianos, entraves outros. Diante do exposto, Grazielle Lopes de Oliveira (2013, p. 28) afirma que:

[...] uma escola inclusiva deve possuir um planejamento para atender alunos com e sem deficiência, tornando o espaço físico da escola adequado para receber a todos os alunos. Assim, abordar a educação inclusiva como um meio de superar as exclusões

vivenciadas por aqueles que se sentem discriminados e levar em conta que o ser humano é condicionado a um método de aprendizagem e educação que se faz necessário para a inclusão desses indivíduos na sociedade contemporânea.

Aluno com deficiência deve ser acolhido em condições de igualdade com os demais, para que isso seja possível é importante que ele tenha acesso a todos os ambientes escolares, incluindo a biblioteca. Devem-se proporcionar situações de interação, envolvendo-o em todas as atividades escolares, inclusive as recreativas e esportivas. É indispensável criatividade e inovação para utilizar recursos que estimulem o seu aprendizado, buscando sempre informar-se sobre as melhores formas de atendê-lo em suas necessidades educacionais. Para a satisfação desse usuário é fundamental distinguir as necessidades individuais, visando atendê-las para o seu desenvolvimento pessoal:

Portanto, para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças com necessidades especiais, compete ao professor proporcionar as condições para tal desenvolvimento independente de suas características e restrições. Pois, estes materiais quando bem empregados diversificam e enriquecem a prática pedagógica, instigando a criatividade (OLIVEIRA, Grazielle, 2013, p. 40).

Acredita-se que as bibliotecas escolares podem contribuir em muito no reforço da escola inclusiva, conforme destacado por Pires (2013, p.23):

As Bibliotecas Escolares podem constituir-se como elementos facilitadores ou como obstáculos à consolidação de uma Escola Inclusiva, consoante são sólidas e fundadoras de práticas de integração e de trabalho colaborativo ou são frágeis e coincidentes com uma cultura de escola não inclusiva e pouco aberta à articulação, à inovação e à mudança.

Para que a escola seja inclusiva e para que essa perspectiva de inclusão se estenda à biblioteca, ela deve responsabilizar-se por atender às necessidades educativas dos alunos, em especial daqueles que, em alguma etapa da sua vida escolar, manifestam uma limitação ou uma dificuldade no seu processo de aprendizagem. Sobre isso, Grazielle Lopes de Oliveira (2013, p. 70) enfatiza que:

[...] a biblioteca escolar tem como finalidades promover e estimular a leitura e transformar indivíduos indiferentes em leitores assíduos, assim como dar apoio às atividades propostas na sala de aula, nessa fase, o lúdico, o acesso às diferentes formas de comunicação, as diferentes formas e meios de estímulos nos aspectos físicos e emocionais, e o convívio com as diferenças, viabilizam as relações interpessoais, propiciando assim a valorização e o respeito estes indivíduos.

No processo de inclusão, deve-se buscar sempre aprender mais sobre as deficiências, pois todos estão suscetíveis a conviver com elas, seja na família, seja na escola, seja na biblioteca escolar, seja na sociedade como um todo.

4.3 O PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Em um mundo globalizado, pressupõe-se diluição de fronteiras, rapidez na comunicação e interligação das pessoas. Diante dessas mudanças, alteram-se os métodos tradicionais de processar, armazenar, recuperar e disseminar as informações, por isso não cabem mais os procedimentos ditos tradicionais. Nesse contexto, o bibliotecário tem de deixar seu papel passivo, de mero processador técnico de livros e desempenhar um papel ativo: de agente de mudanças sociais. No entendimento de Caldin (2005, p. 2):

[...] o bibliotecário tem uma responsabilidade enorme, pois dependerá dele (de seus próprios valores e crenças), o resultado das ações efetuadas dentro da biblioteca. Se ele considerar a educação em um sentido amplo, não limitado somente ao ensino, mas, principalmente, voltada à formação de hábitos e atitudes do aluno, ele não se restringirá a ser um mero técnico-administrativo a serviço da escola. Ele irá lutar pela conquista da igualdade de oportunidades sociais que possibilitem a todos os estudantes o acesso ao conhecimento registrado.

O bibliotecário precisa gostar do que faz, ele precisa conhecer os alunos, incentivá-los ao hábito de ler. Quando o bibliotecário realiza um trabalho eficiente, apropriando da informação antes de distribuí-la, ele deixa de ser um mediador da informação, e passa a ser produtor do conhecimento. Assim, ao produzir conhecimento, o bibliotecário pode conseguir atrair os usuários, conforme afirmam os autores a seguir:

[...] o primeiro passo para que o bibliotecário consiga cativar os leitores é conhecê-los. Os aspectos socioeconômicos e culturais, o nível de escolaridade e as preferências de cada aluno são alguns dos fatores que contribuem para que o profissional da informação saiba quais são as necessidades informacionais e como poderá auxiliá-los em suas buscas (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014, p.13).

As crescentes produções e demandas da sociedade da Informação vêm contribuindo para o progresso da profissão do bibliotecário. É imprescindível olhar ao redor e ver o que o usuário precisa e esforçar-se para atender a todos (CALDIN, 2011).

Marcolino e Castro Filho (2014, p.12) salientam que “[...] aquele profissional tradicional que antes realizava empréstimos e devoluções, organizava os livros na estante e preocupava-se mais com a parte técnica, agora é responsável por localizar informações,

analisá-las e promover a disseminação das mesmas”.

Além de lidar com esse novo contexto de acessibilidade, processamento e armazenamento de informações, o bibliotecário precisa lidar também com o novo contexto de inclusão e acessibilidade escolar. Para tanto a educação continuada do bibliotecário é de extrema importância para que exerça suas atividades com competência e esteja especializado para o processo de inclusão. Desse modo, acredita-se que:

[...] o bibliotecário desempenha importante papel de disseminador da informação principalmente quando atua como agente intermediário na inclusão social de pessoas com necessidades especiais, pois o sujeito com deficiência está condicionado socialmente em seu processo de desenvolvimento de forma dupla: pela realização social do defeito (sentimento de inferioridade) que é um aspecto de condicionamento social, do desenvolvimento e por orientação social da compensação, para a adaptação das condições do meio, que está criado e formado para um tipo humano normal (MONTEIRO, 2013, p. 7).

O bibliotecário, como responsável pelo funcionamento da biblioteca, precisa conhecer o seu usuário para saber quais são as suas necessidades. Ele relaciona com as necessidades do leitor, buscando a eficiência dessa relação humana. O Manifesto UNESCO/IFLA (2005, p.15) aponta que:

[...] para fortalecer o papel da biblioteca escolar como ambiente de aprendizagem aberto e seguro, a equipe da biblioteca deve reforçar sua função de orientadora, mais do que de instrutora no sentido tradicional. Isto implica, em primeiro lugar e acima de tudo, que ela esteja mais voltada para a perspectiva do usuário do que influenciada por atitudes e preconceitos pessoais, no momento de realizar os serviços bibliotecários.

É preciso preparar o ambiente, com adaptações necessárias com o propósito de atender aos alunos que estão em busca de fazer valer os seus direitos e, acima de tudo, ter um espaço que atenda às suas limitações quando for o caso. Outro papel do bibliotecário é o de capacitar os seus usuários, independente do tipo de deficiência que venha a ter, no uso competente da informação disponibilizada nos acervos físicos e virtuais das bibliotecas. Para que a informação possa chegar a todos os usuários, Gentil Junior (2016, p. 100) ressalta que:

O bibliotecário deve conhecer a legislação e as normas referentes à acessibilidade, a fim de que seu conhecimento possa ser utilizado para tornar a biblioteca livre de barreiras, bem como conseguir subsídios junto à Instituição para ações e projetos de acessibilidade à educação por pessoas com qualquer tipo de deficiência, seja deficiência física, visual, auditiva ou intelectual.

Para que a biblioteca se torne inclusiva, os obstáculos devem ser eliminados e toda a equipe preparada para atender a todos que adentrarem nela. Sobre isso, observa-se a seguinte afirmação:

Para que a Biblioteca Escolar possa cumprir, com eficácia, a sua missão e desempenhe bem o papel que dela é esperado, é fundamental que seja gerida por uma equipa educativa, coordenada por um bibliotecário, com perfil e formação adequados (PIRES, 2013, p.47).

O bibliotecário é o principal responsável por fazer da biblioteca um ambiente inclusivo, depende dele as ações para preparar o ambiente e transformar a biblioteca em um espaço agradável, inclusivo, onde todos possam encontrar as informações, independente de qualquer limitação. Barbosa (2008, *apud* MONTEIRO, 2012, p. 7) infere que:

[...] a biblioteca inclusiva é aquela que se dispõe a enfrentar, no seu cotidiano, o desafio de ajudar a minimizar as barreiras de pessoas que, por algum distúrbio orgânico se tornam especiais, requerendo recursos específicos para que possam aprender e exercer o seu direito de, como cidadãos, ter acesso a informação.

O bibliotecário precisa buscar uma constante avaliação de seu conhecimento e formação, pois é indispensável estar capacitado para atender às várias condições requisitadas no dia a dia:

Assim, o bibliotecário da biblioteca escolar tem múltiplos papéis, não é encarregado apenas da organização do acervo, catalogação dos livros, empréstimos, devoluções etc., mas também é responsável por fazer com que o ambiente da biblioteca escolar tenha vida, seja cada vez mais utilizado e principalmente contribua de forma significativa para o desempenho dos alunos (MARCOLINO; CASTRO FILHO, 2014, p. 13).

Na biblioteca escolar, o trabalho em equipe, a solidariedade ativa, a capacidade de entender o outro, são fatores que estão pareados com as outras atividades técnicas de qualquer biblioteca. “A Biblioteca Escolar, pelas condições de acolhimento, acesso à informação e ambientes de aprendizagem que disponibiliza, pode constituir-se um importante agente de mudança e um contributo fundamental para o sucesso educativo” (PIRES, 2013, p.56).

Uma biblioteca inclusiva deve ser capaz de contemplar todas as condições humanas encontrando meios de atender a cada um da forma que ele necessita, contribuindo para o bem comum de todos.

A biblioteca é um centro ativo de aprendizagem, por isso deve ser vista como um núcleo ligado ao esforço pedagógico dos professores e não como um apêndice das escolas. As capacidades apreendidas pelo estudante por meio da biblioteca dotam a

criança dos meios que lhe possibilitam adaptar-se a uma variedade de situações e possibilitam a educação permanente ao longo da vida, mesmo em situações adversas (ALMEIDA, 2011, p23).

Não basta apenas o bibliotecário buscar as melhores formas de atender aos alunos com deficiência, é necessário ensiná-los a buscar a informação, mantendo-os independentes na busca do conhecimento. Segundo a UNESCO/IFLA (2005, p. 1), “[...] a biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros [...], oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios”. E o bibliotecário é a pessoa que viabiliza o acesso do aluno ao conhecimento.

A criação da Lei No. 12.244/10 coloca a grande importância que a biblioteca escolar possui para a educação e aponta sobre a obrigação da existência do profissional bibliotecário, pois para que a biblioteca funcione seguindo os padrões ideais de sua estrutura e funcionamento, apenas os bibliotecários conhecem as técnicas de organização do acervo, técnicas como: a catalogação, classificação, processamento técnico, elaboração de critérios de seleção, aquisição, descarte e avaliação do acervo. Por isso, o bibliotecário deve estar sempre atualizado, trazendo ferramentas e recursos acessíveis para confrontar as dificuldades que possam surgir na biblioteca:

O profissional bibliotecário deve estar sempre se adaptando e ter uma educação continuada aos novos contextos, tornando as bibliotecas cada vez mais acessíveis fisicamente, socialmente e inclusivas para todos os usuários, pois toda unidade de informação precisa ser um ambiente inclusivo e acessível para todos (OLIVEIRA, Gabriela, 2013, p. 47).

O bibliotecário contribui para a prática da leitura e para acesso às informações adquiridas na biblioteca, contribui também com a construção do senso crítico, fundamental para o exercício da cidadania, evidenciando que: “[...] na perspectiva da sociedade inclusiva a biblioteca exerce um papel de grande importância, uma vez que oferece aos seus usuários o acesso à informação que irá contribuir para a formação de um cidadão mais consciente de seus direitos e deveres” (MIRANDA, 2015, p.23).

Com o aprendizado adquirido, os alunos são capazes de aprender e compreender as mudanças transcorridas na escola e atuarem nas práticas sociais, como se vê:

As capacidades apreendidas pelo leitor visam a utilização das tecnologias da informação e comunicação que cada vez mais implementam-se para garantir o acesso ao conhecimento a todos e a inclusão social [...] (ALMEIDA, 2011, p.25).

Para que a biblioteca seja inclusiva é importante que todas as barreiras sejam anuladas ou mesmo que o espaço seja adaptável para uma pessoa em cadeira de rodas, por exemplo, possa adentrar ao recinto. A percepção sobre possíveis adequações pode ser visualizada pelo bibliotecário, porque ele lida com o acesso das pessoas e com as dificuldades dos usuários para frequentar o espaço:

Para uma biblioteca ser acessível, é necessário que acolha um maior número de pessoas em suas atividades, que tenha instalações adequadas para atender cada um, conforme suas diferenças físicas, antropométricas e sensoriais; somando-se a isso a acessibilidade digital e tecnológica de forma organizada. Além disso, os funcionários devem ser solícitos no momento do atendimento, permitindo a acessibilidade. A parte arquitetônica e os produtos são fundamentais para um planejamento de biblioteca que seja acessível (PORTAL DO BIBLIOTECÁRIO, 2015²).

Além de atender as normas de acessibilidade da parte arquitetônica, o acervo da biblioteca deve ser planejado para atender a todos os usuários, isso pode ser verificado pelo bibliotecário que conhece o ambiente. O item 10.16.5 da NBR 9050 diz que “[...] as bibliotecas devem garantir recursos audiovisuais, publicações em texto digital acessível e serviço de apoio, conforme definido em legislação específica. Recomenda-se que possuam também publicações em Braille”. Estes materiais devem ser de fácil alcance, proporcionando reais oportunidades de leitura para todos os alunos que frequentam a biblioteca. O bibliotecário é um dos responsáveis por observar e solicitar a acessibilidade ao poder público, quando se trata de instituição pública.

Algumas Instituições fazem doações de materiais em braile para atender aos alunos com deficiência visual, como é o caso do Instituto Benjamim Constant. A biblioteca possui várias doações desse tipo de material feitas pelo Instituto. Essa preocupação não deve vir apenas de fora, deve começar dentro das escolas, despertadas pelo bibliotecário, conforme a diretriz da IFLA:

[...] os bibliotecários devem preocupar-se em disponibilizar informação nos formatos mais adequados às diferentes necessidades e tipos de utilizador, que devem claramente discernir-se. Uma biblioteca existe para servir a sua comunidade e, conseqüentemente, todas as necessidades dos seus membros devem ser contempladas – os idosos e os jovens, as necessidades comuns e especiais, abrangendo igualmente os mais e os menos dotados da sociedade (UNESCO/IFLA 2006, p. 3).

² Disponível em: <<http://portaldobibliotecario.com/acesso-a-informacao/acessibilidade-nas-bibliotecas-uma-necessidade-para-promover-a-inclusao-social/>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

Todo esse processo de inclusão é um dos grandes desafios propostos aos bibliotecários e às bibliotecas para assumirem como espaço de excelência para o desenvolvimento da literatura e garantir a igualdade de oportunidades:

As bibliotecas encontram-se hoje numa situação híbrida, já que têm que lidar com todo o tipo de materiais, abrangendo impressos, audiovisuais, electrónicos (incluindo a Internet) e multimedia. Os bibliotecários devem estar conscientes do potencial dos formatos audiovisuais e multimedia enquanto recursos, e incluí-los nas suas colecções. A variedade de materiais audiovisuais e multimedia adquiridos por uma biblioteca deve basear-se, tal como no caso de materiais impressos, nas necessidades dos seus utilizadores, na tipologia das suas actividades e nas suas responsabilidades específicas como acontece, por exemplo, na área da educação formal com os serviços de bibliotecas escolares (UNESCO/IFLA, 2006, p. 4).

A preocupação do bibliotecário de como preparar esse espaço, traz a certeza de que estará proporcionando qualidade de ensino diferenciado e ajustado às exigências e às necessidades de cada um. Ler não é um ato isolado, a leitura vem como uma ação social, uma socialização com os outros colegas. Por isso, os papéis da biblioteca e do bibliotecário se tornam tão importantes para o processo de inclusão escolar.

5 A BIBLIOTECA DO COLÉGIO MILITAR DE JUIZ DE FORA

O Colégio Militar de Juiz de Fora faz parte do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), cuja proposta pedagógica, prioriza princípios e práticas de um ensino moderno e atual. O Sistema hoje conta com 13 Colégios pelo Brasil. A criação do Colégio Militar de Juiz de Fora ocorreu:

[...] por meio da Portaria Ministerial Nr. 324, de 29 de junho de 1993, iniciando-se a construção das instalações em módulos pré-fabricados. Sua inauguração ocorreu em 18 de dezembro de 1994 com a presença do Exmo Sr Dr ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO, Presidente da República, e do Exmo Sr Gen Ex ZENILDO GONZAGA ZOROASTRO DE LUCENA, Ministro do Exército. Seu primeiro Comandante, Cel Art QEMA RUBENS AMORIM SOUTO, assumiu a função em 01 de janeiro de 1995. Hoje, seu décimo Comandante é o Cel Art QEMA FERNANDO ANTONIO PINTO DE OLIVEIRA (CMJF, 2011³).

As atividades do Colégio Militar de Juiz de Fora se iniciaram em 6 de fevereiro de 1995:

[...] com uma aula inaugural proferida pelo Gen Bda CÉSAR AUGUSTO NICODEMOS DE SOUZA, Diretor de Ensino Preparatório e Assistencial, para um público de 294 alunos, distribuídos entre a 5ª e a 6ª Série do Ensino Fundamental e a 1ª Série do Ensino Médio, oriundos do concurso de admissão ou amparados por regulamento. A primeira solenidade ocorreu em 31 de março de 1995 com a entrega da boina aos alunos, cuja cerimônia foi presidida pelo Gen Ex CLOVIS JACY BURMANN, Chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa (CMJF, 2011).

A biblioteca do CMJF, objeto de estudo desta pesquisa, somente começou realizar suas atividades no final do ano de 1995, devido à falta de um profissional para atuar no espaço. Verifica-se, portanto, a importância do bibliotecário no ambiente escolar, sem o qual a biblioteca não funciona efetivamente.

O espaço físico da biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora é de 286,75m², um espaço amplo e também climatizado. Atualmente, a biblioteca possui 10 computadores com acesso à internet para a pesquisa dos alunos, 2 estações de consulta, 10 mesas grandes no interior da biblioteca e mesas para estudo individual. A biblioteca é informatizada com o sistema *Pergamum*, trazendo agilidade na busca, conforto e praticidade para as necessidades dos alunos. Sobre a biblioteca do CMJF, observe a afirmativa seguinte:

³ Disponível em: <<https://www.cmjf.eb.mil.br/historico.php>>. Acesso em 15 jul. 2016.

Além de colocar-se como suporte às atividades pedagógicas da escola, a biblioteca do CMJF propõe-se a ser um espaço aberto, adequado, cativante, vivo e mágico, que sensibilize os usuários para uma leitura mais prazerosa, independente do formato da informação, promovendo assim o conhecimento e despertando o prazer pela leitura (CMJF, 2011⁴).

A biblioteca recebe diariamente a visita de aproximadamente 80 alunos, entre empréstimos, devoluções, acesso a pesquisa, estudos variados e também estudos em grupos. Há, portanto, um trânsito considerável de usuários nesse espaço, por isso a importância de se preocupar com as adequações necessárias à acessibilidade de todos.

O acervo de uma biblioteca precisa conter variedade de obras, atualizadas para que sejam atrativas para novos usuários. A Biblioteca possui um acervo voltado para os corpos docente e discente, assim como para a equipe da administração. Com um acervo de aproximadamente 8.000 livros entre referências, literatura brasileira e também literatura infanto-juvenil, além de livros didáticos, contemplando a diversidade de gêneros e fontes de informação, auxiliando nos estudos dos alunos, visando o vestibular e o ingresso nas Escolas Preparatórias. Além de livros, a biblioteca conta também com jornais diários, revistas e gibis.

O espaço da biblioteca pesquisada pode ser observado na Fotografia 1, a qual demonstra a amplitude do local, a disposição do mobiliário e a recepção.

Fotografia 1: Interior da biblioteca



Fonte: Acervo da pesquisadora (2016).

⁴ Disponível em: <<https://www.cmjf.eb.mil.br/conheca-cmjf.php>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

A biblioteca do CMJF busca, a partir da inserção da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, no SCMB, adequar-se às determinações previstas no ordenamento jurídico nacional e interno. Nesse intuito, o Colégio Militar de Juiz de Fora vem, desde 2015, realizando reformas na Instituição para atender ao Projeto de Educação Inclusiva. O objetivo do Projeto Educação Inclusiva configura-se em:

- 1) Operacionalizar e normatizar a decisão do Comandante do Exército acerca do ingresso de alunos com deficiências nos CM compatíveis como Projeto Pedagógico do SCMB, a partir de 2016, conforme o cronograma de implantação do PEEEx.
- 2) Capacitar o corpo docente e os agentes de ensino, da administração e de saúde dos CM em Educação Inclusiva.
- 3) Sensibilizar e preparar os corpos docente e discente, os agentes de ensino, da administração e de saúde, assim como pais e responsáveis, visando a uma inclusão harmônica e adequada de alunos com deficiências no SCMB.
- 4) Planejar, executar e fiscalizar obras e serviços de Engenharia de acessibilidade e de adequação de instalações nos CM, em coordenação com as Comissões Regionais de Obras (CRO), Serviços Regionais de Obras (SRO) e Comissões Especiais de Obras (CEO) das Regiões Militares (RM). 24 - Boletim do Exército nº 43, de 24 de outubro de 2014.
- 5) Adquirir material didático específico e material para mobiliar as instalações para o atendimento aos discentes com deficiência.
- 6) Propor ao Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) Instruções Reguladoras do Concurso de Admissão e da Matrícula (IRCAM) nos CM e seus respectivos editais, conforme o cronograma de implantação do PEEEx.
- 7) Propor modificações na legislação e nas normas pertinentes relacionadas com a implantação do Projeto (BRASIL, 2014, p.25).

“O propósito é promover mudança de atitudes e de práticas educacionais, assegurando um ensino de qualidade” (BRASIL, 2014, p.26). Para o sucesso da implantação do Projeto será fundamental concluir as obras de acessibilidade e as adequações de instalações, a tempo de receber os alunos com deficiências, conforme o cronograma estabelecido pelo Plano de Estratégias do Exército - PEEEx 2015-2018 (BRASIL, 2014).

Esse cronograma estabelece prazos para que cada Colégio do SCMB trabalhe buscando ambientes acessíveis e profissionais preparados para receber alunos com deficiência. O Colégio Militar de Juiz de Fora deve preparar as suas instalações e o seu efetivo profissional até 2020.

E nessa realidade, a bibliotecária voltou seu olhar para esse espaço e, em consonância com o Projeto Educação Inclusiva e com o Projeto Pedagógico, propôs um estudo sobre o espaço da biblioteca, o qual se tornou seu objeto de pesquisa de dissertação de mestrado.

A pesquisa partiu da análise da situação em que a biblioteca se encontrava ao início do estudo, em 2015, e como estava no final de 2016, já com algumas reformas feitas para atender ao Projeto de Educação Inclusiva. Para a análise de como colocar em prática as propostas da NBR 9050:2015 para atender pessoas com deficiência física e/ou mobilidade reduzida foi

utilizado o modelo de Indicadores Qualitativos de Acessibilidade, desenvolvido por Gentil Júnior (2016).

O Instrumento de Indicadores foi criado para analisar os principais tópicos de acessibilidade em bibliotecas universitárias, mas nada impede que se use para outros tipos de bibliotecas como é o caso aqui de uma biblioteca escolar, visto que o objetivo é verificar os obstáculos (arquitetônicos, urbanísticos) enfrentados pelas pessoas com deficiência, buscando encontrar soluções que tornem as bibliotecas mais acessíveis.

Em relação à Acessibilidade Arquitetônica, Gentil Junior (2016, p.61), apresenta seis indicadores para bibliotecas universitárias, os quais foram reduzidos para cinco, adaptando-os para o caso da biblioteca escolar do CMJF. Não foi analisado o indicador de sanitários, pois não existe esse item no interior da biblioteca do Colégio. Seguem os indicadores analisados na biblioteca estudada neste trabalho:

- 1 – Entorno da Biblioteca;
- 2 – Entrada da Biblioteca;
- 3 – Espaços internos da Biblioteca;
- 4 – Pisos da Biblioteca;
- 5 – Corredores da Biblioteca e;

Sobre a Acessibilidade Instrumental, que se refere aos instrumentos de trabalho (mobiliário e equipamentos) as questões foram agrupadas em três indicadores elaborados por Gentil Junior (2016, p.61), que são:

- 1 – Balcão de Atendimento da Biblioteca;
- 2 - Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca; e
- 3 – Estantes da Biblioteca.

Diante do exposto, iniciou-se um estudo de caso na biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora para verificar o que poderia ser feito diante das barreiras arquitetônicas encontradas.

6 RESULTADOS: ANÁLISE DA BIBLIOTECA SOB O ENFOQUE DOS INDICADORES DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PROPOSTOS POR GENTIL JUNIOR

As análises sobre a Acessibilidade Arquitetônica estão agrupadas em cinco indicadores: entorno da biblioteca, entrada da biblioteca, espaços internos da biblioteca, pisos da biblioteca e corredores da biblioteca. Já a Acessibilidade Instrumental dos utensílios de trabalho (mobiliário e equipamentos) está apresentada por três indicadores, conforme proposto por Gentil Junior (2016, p.61): balcão de atendimento da biblioteca, mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da biblioteca e estantes da biblioteca.

Os resultados da pesquisa estão a seguir apresentadas em seções seguintes, ordenadas segundo o local de ocorrência e/ou tipo, que são:

1. Entorno da biblioteca;
2. Entrada da biblioteca
3. Espaços internos da biblioteca
4. Pisos da biblioteca
5. Corredores da biblioteca
6. Balcão de atendimento da biblioteca
7. Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca;
8. Estantes da biblioteca

Após esta apresentação se apresentam as análises por meio de comentários, nas seções seguintes. Registrou-se, no anexo A, a aplicabilidade dos indicadores de acessibilidade, propostos por Gentil Junior (2016), adaptados para a biblioteca escolar do Colégio Militar de Juiz de Fora.

6.1 ENTORNO DA BIBLIOTECA

Sobre o espaço externo à biblioteca, verifica-se que há uma amplitude considerável do ambiente. O pátio do Colégio Militar de Juiz de Fora é muito extenso. Para chegarem até o CMJF, os alunos, na maioria, vão de ônibus especiais que os deixam dentro do Colégio. Outros deslocam acompanhados dos pais que também acessam o interior da instituição. Visto que a biblioteca localiza-se no interior do prédio principal do Colégio, considera-se que o

indicador do entorno da biblioteca universitária, proposto por Gentil Junior, foi adaptado para o entorno da biblioteca do CMJF, porque geralmente as bibliotecas universitárias localizam-se em prédios independentes dentro das instituições e a biblioteca em questão está inserida dentro do Colégio.

O que se observou nesse item é a inexistência do último item proposto por Gentil Júnior sobre rota acessível, pois depois de deixarem o ônibus, os alunos caminham até as salas de aula e até a biblioteca. Um percurso extenso para alunos com deficiência. Pode-se observar a amplitude do espaço externo do Colégio Militar por meio da foto que segue, a qual retrata a entrada do prédio onde se localizam as sala de aula e a biblioteca da instituição:

Fotografia 2: Entorno da biblioteca



Fonte: Acervo da pesquisadora (2016).

Diante do exposto e da imagem, verifica-se que a amplitude do ambiente externo pode ser um agravante para um aluno com deficiência ou mobilidade reduzida que tenha que se deslocar pelo pátio.

6.2 ENTRADA DA BIBLIOTECA

A biblioteca está localizada no térreo do Colégio, facilitando assim o acesso até ela. Sua entrada não possui nenhum tipo de obstáculo como degrau ou mesmo escada, isso também contribui para que todos possam acessá-la se dificuldades. A porta de entrada principal apresenta condições de acessibilidade, pois a mesma tem um vão livre de 0,85m. As

portas, no entanto, apesar da largura adequada, não têm condições de serem abertas com um único movimento, uma vez que ela tem duas partes, isso pode ser considerado um entrave para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, dependendo da situação. Suas maçanetas não são do tipo alavanca e estão instaladas a uma altura de 1 m, conforme pode ser visto na fotografia 3 que segue.

Fotografia 3: Entrada da biblioteca



Fonte: Acervo da pesquisadora (2016).

Acredita-se que, no futuro, possa ser viável adaptar a porta, quanto ao sistema de abertura e fechadura, para facilitar o acesso de pessoas com deficiência.

6.3 ESPAÇOS INTERNOS DA BIBLIOTECA

O layout da biblioteca do CMJF foi alterado, após constatar por meio desta pesquisa, barreiras arquitetônicas que prejudicavam o acesso de alunos com deficiência. Anteriormente a esse estudo, havia muitas divisórias que atrapalhavam o fluxo dos alunos. Pretendeu-se com essa mudança proporcionar um lugar mais aberto para descomplicar a movimentação de todos que frequentam esse ambiente. As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem, atualmente, a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade. Como pode ser visto na fotografia 4, antes e depois da reforma.

Fotografia 4: Espaços internos antes e depois



Fonte: Acervo da pesquisadora (2016).

6.4 PISO DA BIBLIOTECA

O piso no interior da biblioteca apresenta superfície regular, firme, estável, sem trepidações que desencorajem o avanço normal no trajeto, considerando dispositivos com rodas, todavia não são antiderrapantes. Tenciona-se a troca do piso em uma próxima etapa de reforma para a biblioteca e estuda-se o caso do piso tátil, pois conforme previsto em norma:

[...] piso tátil - piso caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão. São de dois tipos: piso tátil de alerta e piso tátil direcional (ABNT, 2015, p.19).

Fotografia 5: Piso da biblioteca



Fonte: Acervo da pesquisadora (2016).

6.5 CORREDORES DA BIBLIOTECA

Os corredores da biblioteca do CMJF são largos, possibilitando acesso ao aluno com cadeira de rodas, por exemplo, para circular tranquilamente.

Fotografia 6: Corredor da biblioteca



Fonte: Acervo da pesquisadora (2016)

Será examinado agora o mobiliário e equipamentos da biblioteca, com o intuito de buscar a eliminação das barreiras ambientais físicas.

6.6 BALCÃO DE ATENDIMENTO DA BIBLIOTECA

O balcão de atendimento ao usuário é um dos itens que passou pela reforma da biblioteca. Ele se encontra no centro da biblioteca com acesso fácil. Ele foi construído em formato circular depois da reforma realizada, podendo atender aos usuários de todos os lados. Tem um diâmetro de 3 m, e uma altura de 1 m em sua extensão permitindo o contato visual entre o usuário e o bibliotecário/auxiliar. Para o atendimento de pessoas em cadeiras de rodas foi feito um rebaixamento de 0,80 cm, contudo não é possível a aproximação frontal de pés e

joelhos dessas pessoas. Como pode ser observado nas fotografias 8 e 9, antes e depois da reforma do balcão de atendimento.

Fotografia 7: Balcão de atendimento (antes da reforma)



Fonte: Acervo da pesquisadora (2016).

Fotografia 8: Balcão de atendimento (depois)



Fonte: Acervo da pesquisadora (2016).

6.7 MESAS PARA TRABALHO, LEITURA E/OU ESTUDO DOS USUÁRIOS DA BIBLIOTECA

Nos arredores das mesas tem-se um espaço de 1,70 m, isso permite a aproximação frontal de pessoas em cadeiras de rodas. As cadeiras podem ser remanejadas com frequência, facilitando assim a necessidade de atender a todos.

Fotografia 9: Mesas de estudo



Fonte: Acervo da pesquisadora (2016).

6.8 ESTANTES DA BIBLIOTECA

Após o início desta pesquisa, as estantes foram reorganizadas justamente para oferecer mais espaços. Percebeu-se a dificuldade que se tinha até mesmo para organização dos livros. A largura das estantes possui uma distância de 1,20 m entre elas. Entretanto sua altura que é de 2 m, não atendendo ao alcance manual confortável de uma pessoa com cadeira de rodas.

Fotografia 10: Estantes da biblioteca



Antes da reforma

Depois da reforma

Fonte: Acervo da pesquisadora (2016).

Percebe-se que depois da reforma a biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora, o espaço ficou mais bem organizado para atender de modo adequado aos alunos, inclusive alunos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida. Verifica-se, no entanto, que se realizou uma primeira adequação, mas outras providências poderão ser tomadas no futuro ainda.

Acessibilidade, como se constatou anteriormente, é mais que ações previstas em leis e normas, configurando-se como atitudes sociais realizadas por toda sociedade para contribuir com a diversidade, pois se todos assumem sua responsabilidade, a sociedade ganha de modo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo foi desenvolvido para identificar as necessidades de adequação da biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora no tocante do acesso ao espaço físico, mobiliários, espaços e equipamentos conforme recomendação da NBR 9050:2015 e propor mudanças para atender aos alunos com deficiência que se matricularão nessa instituição.

Para isso operacionalizou cinco indicadores referentes à Acessibilidade Arquitetônica - sobre o entorno da biblioteca, entrada da biblioteca, espaços internos da biblioteca, pisos da biblioteca e corredores da biblioteca – e três referentes à Acessibilidade Instrumental (balcão de atendimento da biblioteca, mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da biblioteca e estantes da biblioteca). A análise apresentou um quadro otimista, pois aos gestores mostraram-se sensibilizados pela causa e cientes da necessidade de desenvolver adaptações arquitetônicas no local para vencer as barreiras, tarefa essa que foi iniciada em decorrência da pesquisa. O descaso e o não comprometimento social podem ser considerados uma barreira encontrada pelas pessoas com deficiência. A falta de reconhecimento e atitude do governo, principalmente quando necessita investir financeiramente em mudanças arquitetônicas de prédios públicos, estende-se no contexto social como um todo, chegando mesmo até o comerciante da esquina, que também não se preocupa como as pessoas vão entrar no seu estabelecimento. A barreira de atitudes impossibilita o processo de inclusão. Deve-se reprimir o preconceito, estigmas, discriminação e estereótipos.

Na contramão da maioria, por outro lado, compreende a busca por acessibilidade por parte dos diretores de instituições educacionais, quando esses priorizam ações e projetos executáveis para garantir no ambiente educacional a acessibilidade e inclusão de todos.

O processo de inclusão no CMJF está caminhando para atender as necessidades das pessoas com deficiências. Inicialmente as barreiras arquitetônicas estão sendo excluídas no intuito de proporcionar um ambiente propício aos alunos, buscando oferecer condições adequadas e igualitárias. Sabe-se que a educação inclusiva não é construída da noite para o dia, por isso é indispensável o trabalho de todos, criando as melhores condições na diversidade, seja cultural, social e pessoal.

Um sistema inclusivo exige mudanças de atitudes em todas as pessoas. Analisar em que circunstâncias os alunos com deficiência pode ser educado, é garantir a eles uma educação de qualidade. O Colégio Militar de Juiz de Fora vem se adequando para atender da melhor maneira possível os alunos com deficiência, proporcionado a eles um ambiente propício para aos estudos e o seu acolhimento no âmbito escolar.

O progresso, no sentido de uma educação inclusiva, é exigido além de barreiras arquitetônicas, é exigido uma extensa mudança de condutas de todas as pessoas envolvidas nesse espaço educativo. A educação na diversidade propõe a toda a escola, uma vasta mudança em todo o sistema educação, com o objetivo final de não haver nenhum tipo de discriminação entre seus alunos, galgando o melhor desenvolvimento possível de suas habilidades pessoais, sociais e intelectuais.

A inclusão de pessoas com deficiência configura-se como um desafio que ainda não foi superado e compreendido na sociedade civil. Apesar de algumas iniciativas e reivindicações de pessoas ligadas a membros de associações ou organizações, que lutam em defesa dos interesses e direitos destas pessoas, terem conseguido a criação e aprovação de documentos jurídicos com este fim, observa-se que ainda há dificuldades no cumprimento desta legislação em muitos setores da sociedade, principalmente, no que se refere à acessibilidade, que muitas vezes afeta também questões referentes ao mercado de trabalho, transporte, lazer, cultura e educação.

O bibliotecário precisa, no exercício da sua profissão, estar atento e qualificado para estes novos desafios que estão previstos a ocorrer no seu ambiente de trabalho.

O tema acessibilidade vem sendo muito discutido nos ambientes educacionais. Com a mudança no sistema educacional, quem ganha com isso não são apenas os alunos com deficiência, mas sim todos aqueles envolvidos no processo ensino-aprendizagem, com o intuito de melhorar cada vez mais a educação.

A integração do aluno com deficiência com as atividades em sala de aula é essencial para torná-lo participativo e desenvolver sua cultura. Parte da sociedade, no entanto, ainda vê pessoas com deficiência, como inúteis.

O espaço da biblioteca permite a interação e o contato entre alunos, professores de demais profissionais da escola, criando um ambiente sociável propício para o processo de inclusão. Dessa forma, na educação inclusiva, o aluno com deficiência fará uso da biblioteca escolar assim como os demais, mesmo diante das suas dificuldades ele também necessitará ter o contato com os livros e demais materiais de apoio pedagógico. A inclusão de uma pessoa com deficiência vem mostrar que ela também pode participar das práticas escolares de forma ativa e deixar de ser unicamente passivo como muitos pensam. É oferecer um atendimento adequado à necessidade de cada um.

Refletindo sobre o verdadeiro papel pedagógico que a biblioteca escolar precisa desenvolver na comunidade escolar e verificando que não tem cumprido seu objetivo por não atender adequadamente seus usuários, procurou-se estudar problemas considerados

prioritários para a sociedade na qual a biblioteca escolar está implantada, com a missão de introduzir socialmente os discentes na sociedade e incentivá-los para o mundo da leitura.

Quando se fala em inclusão no ambiente de uma biblioteca, não se remete exclusivamente a fatores sociais, econômicos, culturais e tecnológicos, e sim a todos eles juntos. No contexto da Educação Inclusiva; educação de pessoas com deficiências junto daquelas que não apresentam deficiência; é importante o convívio de todas as crianças, pois ao entender as deficiências e diferenças entre elas através da convivência diária possibilitará um respeito maior à diversidade e a eliminar a formação de preconceitos.

Pensando na Educação em um sentido mais amplo, pode-se reforçar a importância da Biblioteca na Educação Inclusiva, que busca diminuir os preconceitos e integrar as crianças com deficiência na comunidade onde estão inseridas.

As dificuldades de acesso à informação não dizem respeito somente a questões de recursos e tecnologias da informação e comunicação especiais. Muitas das vezes a dificuldade já começa ao adentrarem ao ambiente da biblioteca. Essas barreiras são identificadas pela falta de planejamento arquitetônico adaptado para a circulação de pessoas com deficiência física que utilizam equipamentos auxiliares de locomoção.

Tornar uma biblioteca escolar um local acessível e inclusivo gera algumas demandas. Entretanto, com a participação do bibliotecário, em parceria com toda a escola e o auxílio de outras Instituições, a biblioteca escolar tem a capacidade para se tornar acessível.

Para a Educação ser inclusiva, deve-se oferecer aos agentes de ensino recursos para o seu aperfeiçoamento profissional, para que esses apoiem toda a comunidade escolar. Com esse apoio os alunos serão inseridos na sociedade mais conscientes praticando o aprendizado em sala de aula. A biblioteca necessita fazer parte dessa educação, juntamente com professores, coordenação escolar e também os pais.

Todas as pessoas devem ter as mesmas oportunidades, serviços de saúde, educação, lazer com condições necessárias para viver em sociedade. Frequentar os mesmos ambientes é direito de todos e as adaptações necessárias para a concretização deste ato não deve ser interpretado como vantagens para a pessoa com deficiência.

É preciso respeitar as diversidades, porque todos são diferentes uns dos outros e devem-se, no meio social, criar condições para que se promova a participação de qualquer pessoa em qualquer instância social. A Educação Inclusiva mostra-se importante não só para a formação das crianças, mas também para a quebra de preconceitos e barreiras impostas pelo atual sistema. Para que a educação inclusiva se concretize, acredita-se que preciso aceitar e valorizar as diversidades sociais e culturais promovendo uma sociedade mais igualitária.

Uma biblioteca escolar para ser acessível e inclusiva não necessita unicamente de recursos multimídia e livros especiais para alunos com deficiência, é possível dar os primeiros passos para promover um ambiente para todos, por meio de atividades interativas com os usuários. Um lugar acolhedor onde esses alunos se sintam amparados diante de tantas barreiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Paula Souza; SILVA, Geysa Maria Carvalho; DORIA, Sara de Paula Sacramento. Disseminação da informação para deficientes visuais: princípios que fazem a diferença. **Revista Benjamim Constant**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 48, p. 21-30, abr. 2011.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. UNESP-Marília. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, n. 21, mar. 2001, p. 160-173. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/arquivos/paradigmas.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2015.

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf> Acesso em: 22 nov. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

_____. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 7 jan. 2016.

_____. Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 dez. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 07 jan. 2016.

_____. Lei nº 10.048, 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 nov. 2000a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm Acesso em: 07 jan. 2016.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez.

2000b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm Acesso em: 07 jan. 2016.

BRASIL. Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006. **Diário Oficial da União**, de 17 de novembro de 2006. Disponível em: www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/docu Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. Lei No. 12.244/10. 2010a. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 mai 2010.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Portaria nº 2344, de 03 de novembro de 2010b. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 nov. 2010.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. 4 ed. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado Maior Do Exército. Portaria nº 246-EME, de 16 de outubro de 2014. Aprova a Diretriz de Implantação do Projeto Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil (SC5MB) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 out. 2014.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado Maior Do Exército. Portaria nº 098, de 13 de fevereiro de 2015b. Aprova as Normas para o Ingresso de Candidatos com Necessidades Educacionais Especiais nos Colégios Militares (CM) Integrantes do Projeto Educação Inclusiva no Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 fev. 2015a. Disponível em: <www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=1340&act=bre>. Acesso em: 10 dez. 2016.

_____. Lei nº 13.146, de 07 de julho de 2015. Dispõe sobre a Inclusão da Pessoa com Deficiência. 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 jul. 2015b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 07 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Diretoria De Educação Preparatória e Assistencial (DEPA)**. Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil (PP/SCMB). Rio de Janeiro, 2015c.

CALDIN, Clarice Fortkamp. Reflexões acerca do papel do bibliotecário de biblioteca escolar. **Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 10, n. 2, pp. 163-168, jan./dez., 2005. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/431/549>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

CARVALHO, Carmem Pinheiro de. A biblioteca e os estudantes. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.196-211, set. 1972. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>>. Acesso em: 23 dez 2016.

COLÉGIO MILITAR DE JUIZ DE FORA. **Histórico do Colégio Militar de Juiz de Fora**. 2011. Disponível em: <<http://www.cmjf.ensino.eb.br/historicocmjf.php>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

COOK, Albert M.; HUSSEY, Susan M. **Assistive Technologies: Principles and Practices**. Mosby: Year Book, Inc., 1995.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Hélio Ferreira. **Acessibilidade e inclusão social**. Rio de Janeiro: Deescubra, 2012.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz, 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler, em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2002.

GAMA, Fabíola Maria Cardoso Pedreira. **A biblioteca e o bibliotecário na escola: parceiros para práticas educativas - estudo de caso da biblioteca do IFBA e Colégio 2 de Julho. 2010 – 46f**. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/node/450>>. Acesso em: 24 out. 2016.

GARCIA, Vinícius Gaspar. As pessoas com deficiência na história do mundo. **Blog Bengala Legal**, 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial> Acesso em: 25 out. 2016.

GENTIL JÚNIOR, Jorge Sebastião. **Formulação de indicadores qualitativos de acessibilidade: o caso da biblioteca de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal Fluminense**. 2016. 114f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

HAUM, Haieska (Org.) [et al]. **Política de Desenvolvimento de Acervo das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2009.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,-2,-3,128&ind=4641>>. Acesso em: 3 jan. 2016.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O verde não é o azul listado de amarelo: considerações sobre o uso da tecnologia na educação/reabilitação de pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: INES, 2000. Disponível em: <<http://www.bancodeescola.com/verde.htm>>. Acesso em: 21 set. 2016.

MARCOLINO, Maria Antonieta Ribeiro; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Biblioteca escolar e os usuários especiais: o profissional da informação frente ao desafio da inclusão. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 28, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/4216>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Revista Ciência da Informação [online]**. 2001, v. 30, n. 2, p.29-34. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010019652001000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06 mar. 2016.

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Débora. **A nova maneira de se entender a deficiência e envelhecimento**. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1878/1/TD_1040.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2013.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de. **Acessibilidade ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias: o caso da UNIRIO**. 2015. 175f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MONTEIRO, Gisele Camargo. **A biblioteca escolar na educação inclusiva: uma parceria necessária**. 2008. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia e Documentação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/node/55>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

MONTEIRO, Jorge Luiz da Silva; CUNHA, Karla Rubia Fonseca; LIMA, Roseneli Araújo de. O Papel do Bibliotecário como Mediador da informação: o lúdico como fonte de disseminação da informação para pessoas com necessidades educacionais especiais. In: XV Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Ciência e Gestão da Informação - EREBD N/NE, **Anais...** Ceará, 2011-2012. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2170/1422>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima; OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. **Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva**. 2. ed. Curitiba : IESDE Brasil S.A. , 2009.

OLIVEIRA, Gabriela Domingos de. **Bibliotecas e bibliotecários em busca da acessibilidade**. 2013. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013b. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/1/722/1/GabriellaDO_Monografia.pdf Acesso em: 26 de out. 2016.

OLIVEIRA, Grazielle Lopes de. **Parâmetros para bibliotecas regulares inclusivas: uma proposta a partir da análise das bibliotecas das escolas da rede municipal da cidade do Rio Grande**. 2013. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do rio Grande, Rio Grande, 2013a. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/5833>>. Acesso em: 25 out. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Governo Da Espanha. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas**. Madri: 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 01 fev 2016.

PERROTTI, Edmir. Biblioteca não é depósito de livros. Entrevista realizada por Márcio Ferrari. **Revista Nova Escola**. Ed. 193, junho 2006. Disponível em: <<http://acervo.novaescola.org.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/biblioteca-nao-deposito-livros-423601.shtml>> Acesso em: 10 dez. 2016.

PIRES, Hermínia de Fátima Morais Almeida. **O contributo da Biblioteca Escolar para o reforço da Escola Inclusiva**. Repositório Científico Lusófono. Portugal, 2013. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/4028>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

PORTAL DO BIBLIOTECÁRIO. **Acessibilidade nas bibliotecas: uma necessidade para promover a inclusão social**. Disponível em: <<http://portaldobibliotecario.com/2015/06/16/acessibilidade-nas-bibliotecas-uma-necessidade-para-promover-a-inclusao-social/>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

PUPO, D.T.; MELO, A.M; FERRÉS, S.P. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das Bibliotecas**. Campinas: Universidade de Campinas/Laboratório de Acessibilidade, 2006.

QUINHÕES, Maria Esandola Tavares. Biblioteca escolar: sua importância e seu espaço no sistema educacional do Estado do Rio de Janeiro. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadette; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca Escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. P. 178-182.

ROSA, Suely Pereira da Silva et al. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

SARTORETTO, Maria Lúcia; BERSCH, Rita de C. R. O que é tecnologia Assistiva. **Blog Assistiva Tecnologia e Educação**. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html> Acesso em: 02 fev. 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Conceito de Acessibilidade**. Disponível em: <http://www.escoladegente.org.br/> Acesso em: 02 dez. 2016.

SILVA, Otto Marques. **Epopéia Ignorada: A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVEIRA, Amanda Braga. **Estigma e preconceito contra as pessoas com deficiência: a mídia e a comunicação organizacional enquanto permeadoras dos processos sociais**. 2013. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77983/000898277.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 nov. 2016.

UNESCO. IFLA. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar**. 2005. Disponível em: http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf. Acesso em: 14 mar. 2016.

_____. IFLA. **Diretrizes para materiais audiovisuais e multimedia em bibliotecas e outras instituições**. 2006. Disponível em: www.theika.org Acesso em: 16 abr. 2016.

ANEXO A

Lista de indicadores de avaliação das condições de acessibilidade em bibliotecas elaborados por Gentil Junior (2016) e aplicado na biblioteca do Colégio Militar de Juiz de Fora - CMJF

LEGENDA:

S: SIM N: NÃO P: PARCIALMENTE N/A: NÃO SE APLICA

Acessibilidade arquitetônica

1 – Entorno da Biblioteca

Entorno da Biblioteca	
O transporte público no entorno da biblioteca é acessível?	N/A
O percurso entre "o ponto" de embarque/desembarque do transporte coletivo até a entrada da biblioteca é livre de obstáculos?	S
Próximo à entrada principal da biblioteca há faixa de pedestre com sinalização visual e sonora para pedestre?	N/A
As calçadas no entorno da biblioteca ou do prédio no qual está localizada apresentam rebaixamentos devidamente sinalizados?	N/A
A calçada que dá acesso à biblioteca apresenta-se em bom estado de conservação, sem buracos ou pedras soltas do pavimento?	N/A
Se existe uma rota acessível de acesso à biblioteca, mas esta não está localizada junto à entrada principal, esta rota não excede 6 (seis) vezes a trajetória principal?	N/A

2 – Entrada da Biblioteca

Entrada da Biblioteca	
Se a entrada da biblioteca possui degrau ou escada, há uma entrada alternativa com rampa de acesso ou elevador (horizontal ou inclinado) para acesso de pessoas com limitações físicas e sensoriais, bem como com dificuldades de locomoção?	N/A
Se a entrada da biblioteca possui porta giratória ou outro dispositivo de segurança de ingresso que não seja acessível, há, junto a este, outra entrada que garanta condições de acessibilidade?	N/A
A circulação da entrada da biblioteca é contínua, sem obstáculos à circulação dos usuários com mobilidade reduzida?	S
A porta de entrada principal, bem como as internas, apresenta condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80 m e altura mínima de 2,10 m? (Em portas de duas ou mais folhas, pelo menos uma delas deve ter vão livre de 0,80 m)?	S
As portas têm condições de serem abertas com um único movimento? (Recomenda-se que o mecanismo de acionamento das portas exija força humana direta igual ou inferior a 36 Newton – N9).	P
As maçanetas das portas são do tipo alavanca?	N/A
As maçanetas das portas estão instaladas a uma altura entre 0,90 m e 1,10 m do piso?	S

3 – Espaços internos da Biblioteca

Espaços internos da Biblioteca	
Por toda biblioteca há uma rota acessível interligando o acesso de usuários a todas as áreas e setores desde a entrada principal?	S
A organização interna dos espaços (layout) é claramente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido, como espelhos, portas de vidro e portas vai-vem, por exemplo?	P
Caso existam zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, estes estão sinalizadas antecipadamente, para evitar acidentes e trajetos desnecessários?	P
A área livre para circulação de uma pessoa possui largura mínima de 1,20m?	S
A área livre para circulação de duas pessoas possui largura mínima de 1,80m?	S
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 90° possui o mínimo de 1,20m x 1,20m?	S
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 180° possui o mínimo de 1,50m x 1,20m?	P
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas (sem deslocamento) com rotação de 360° possui o mínimo de diâmetro de 1,50m?	P
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 90° possui o mínimo de 0,90m (largura) x 1,60m (profundidade de entrada) x 2,00 (profundidade de saída)?	P
A área livre para manobra de pessoa em cadeira de rodas com deslocamento de 180° possui o mínimo de 1,50m (largura) x 1,90m (profundidade)?	P
O layout das salas de leitura e de estantes de livros considera a utilização de usuários em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida, baixa estatura, obesas, etc.?	S
As dimensões internas e a disposição do mobiliário permitem a mobilidade de todas as pessoas, com acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas, etc.)?	S
A altura de armários em geral, inclusive armários guarda volumes, está entre 0,40m a 1,20m?	N/A

4 – Piso da Biblioteca

Piso da biblioteca	
Os pisos no interior da biblioteca apresentam superfície regular, firme, estável, sem trepidações que desencorajem o avanço normal no trajeto, considerando dispositivos com rodas?	S
O piso da biblioteca é antiderrapante sob qualquer condição, que não provoquem riscos tanto em seco como em molhado? (Recomenda-se que para tal constatação se realize provas no local, simulando as situações mais favoráveis ao deslizamento, como o acúmulo de pó ou limpeza com água ou cera).	P
A inclinação transversal do piso no interior da biblioteca é de, no máximo, 2% e a inclinação longitudinal de, no máximo, de 5%? (Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender a 6.4 da NBR 9050/2015).	N/A
A biblioteca apresenta uma área de descanso, fora da faixa de circulação, a cada 50 m, para piso com até 3% de inclinação?	N/A
Os capachos utilizados da biblioteca estão embutidos no piso e nivelados de maneira que eventual desnível não exceda 5 mm? (Recomenda-se que tapetes sejam evitados em rotas acessíveis).	S

5 – Corredores da Biblioteca

Corredores da biblioteca	
Os corredores de uso comum com extensão de até 4,00 m apresentam largura mínima de 0,90m?	S
Os corredores de uso comum com extensão de até 10,0m apresentam largura mínima de 1,20m?	N/A
Os corredores de uso comum com extensão superior a 10,0m apresentam largura mínima de 1,50m?	N/A

Acessibilidade do mobiliário e equipamentos

6 – Balcão de atendimento aos usuários da Biblioteca

Balcão de atendimento aos usuários da Biblioteca	
O balcão de atendimento aos usuários está localizado em rota acessível?	S
No balcão de atendimento aos usuários, em algum trecho de sua longitude, por aproximadamente 0,90m, apresenta altura de no máximo 0,90m do piso, permitindo o contato visual entre o usuário (pessoas em cadeiras de rodas, pessoas de baixa estatura e crianças) e o bibliotecário/auxiliar?	S
O balcão de atendimento aos usuários é acessível a pessoas em cadeiras de rodas, ou seja, apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão? (O módulo de referência deve apresentar altura livre inferior de no mínimo, 0,73m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30m para a aproximação frontal de pés e joelhos de pessoas em cadeiras de rodas).	P

7 – Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca

Mesas para trabalho, leitura e/ou estudo dos usuários da Biblioteca	
No entorno das mesas é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m e área de manobra para o acesso às mesmas?	S
As mesas de leitura e estudo permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeiras de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, com módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50 m?	S
Pelo menos 5% das mesas ou superfícies para estudo, leitura ou trabalho são acessíveis? (Recomenda-se que, no mínimo, um do total das mesas, deve ser acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade).	S
As cadeiras para uso nas mesas de estudo e leitura são flexíveis ao deslocamento?	S
(Recomenda-se que as cadeiras não sejam fixadas no chão, mas reguláveis para se adaptar às características físicas dos usuários, permitindo uma postura ereta e cômoda).	S
Pelo menos 5% do total de terminais de consulta por meio de computadores e acesso à internet são acessíveis à pessoa em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida?	S
(Recomenda-se que, no mínimo, um seja acessível e, pelo menos, 10% sejam adaptáveis para acessibilidade).	S
Os computadores destinados aos usuários estão acessíveis, ou seja, os elementos que garantem a sua acessibilidade integral como a sala, o mobiliário, as partes integrantes do computador e seus periféricos, atendem a requisitos de acessibilidade?	P

8 – Estantes da Biblioteca

Estantes da Biblioteca	
As estantes de livros possuem, entre elas, distância mínima de 0,90m de largura?	S
(Recomenda-se que a distância adequada seja de 1,80m, permitindo a mobilidade de até duas pessoas em cadeiras de rodas).	S
Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, há um espaço que permita a manobra de cadeira de rodas? (Recomenda-se que o espaço atenda a uma área livre para manobra com deslocamento de 180°).	S
A disposição dos livros nas estantes atende ao alcance manual confortável de, no máximo, 1,20 m de altura do piso?	P